

Agilidade é assim: num piscar de olhos já estamos comemorando um novo recorde

SulAmérica atinge o maior lucro dos seus 115 anos de história, resultado do seu foco total em agilidade, transparência e rentabilidade.

Em 2010, novas ações produziram avanços em todas as áreas, aprimoramos processos, facilitamos acessos, estreitamos ainda mais relacionamentos e, conseqüentemente, aumentamos a satisfação de nossos clientes, corretores e colaboradores.

Resultado: um recorde que comprova que, com mais agilidade e transparência, vamos conquistar ainda mais mercados, ampliar nossa base de clientes, crescer nossas receitas, aumentar nossa rentabilidade e a preferência pela marca SulAmérica.

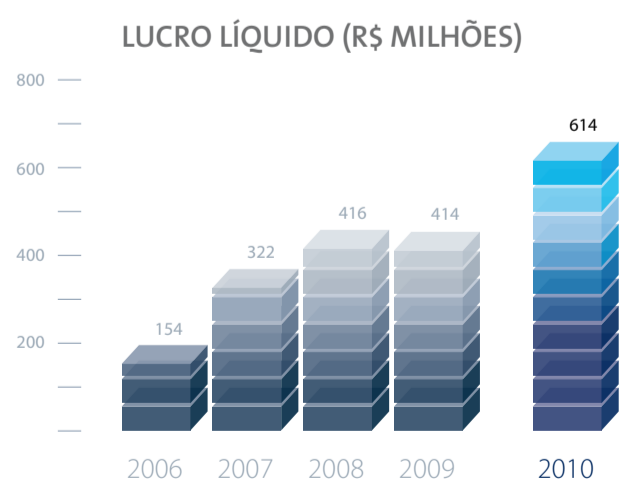
Depois disso tudo: Se aborrecer pra que?

RECEITA DE PRÊMIOS
R\$ 8,4 bilhões

LUCRO LÍQUIDO
R\$ 614 milhões

ATIVOS TOTAIS
R\$ 12,3 bilhões

CLIENTES
6,3 milhões



SulAmérica

associada ao **ING**

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América S.A. ("Companhia") e controladas, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2010, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

1. Conjuntura econômica

O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, com o Produto Interno Bruto (PIB) apresentando crescimento de 7,3%, após queda de 0,6% registrada em 2009. A expansão do consumo das famílias e dos investimentos levou a este desempenho, tendo, porém resultado também em necessidade de atenção ao ritmo de absorção doméstica e a capacidade de expansão da oferta. Este quadro acabou resultando em pressão sobre as importações, que se expandiram 41% no ano, em consequência da necessidade de complementação da oferta interna. Ainda assim, a balança comercial fechou 2010 com superávit de US\$20,3 bilhões (US\$24,2 bilhões em 2009), devido à alta dos preços das *commodities*, que sustentaram o crescimento das receitas com exportações (+31% ante 2009). Com este superávit comercial, o balanço de pagamentos registrou déficit de US\$47 bilhões (2,3% do PIB) nas transações correntes, financiado pelo ingresso de US\$48,5 bilhões de investimentos estrangeiros diretos. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2010 com alta de 5,9%, refletindo principalmente a elevação dos preços dos alimentos, sinalizando tendência internacional dos preços das principais *commodities*. As maiores pressões inflacionárias levaram o Banco Central a promover sucessivos aumentos da taxa Selic, que passou de 8,75% no início de 2010 para 10,75% a partir do segundo semestre do ano, permanecendo nesse patamar até o final do exercício. O cenário internacional instável, refletindo em certa medida preocupações com questões de ordem fiscal na Europa, acabou impactando o mercado de ações brasileiro, levando o Ibovespa a encerrar o ano em 69.304 pontos, com valorização de 1,04%. No mercado de câmbio, o dólar encerrou 2010 cotado a R\$1,6662 para venda, com queda de 4,3% em relação ao fechamento de 2009. A indústria de seguros manteve um elevado ritmo de expansão em 2010, com um total de R\$99,4 bilhões em prêmios emitidos pelas seguradoras, e crescimento de 16,6% em relação a 2009, considerados apenas os dados do mercado regulado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), não incluindo o seguro saúde. A indústria se beneficiou do aumento do nível de atividade, da maior disponibilidade de crédito e do crescimento do número de empregos, fatores que propiciaram uma forte incremento da demanda interna. Para 2011, estimativas divulgadas pelo Banco Central para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 4,5%, enquanto a indústria de seguros deverá crescer 12%, segundo projeção da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg).

2. Principais Informações Financeiras Consolidadas

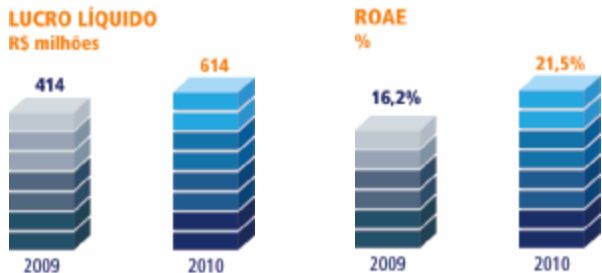
Resultado (R\$ milhões)	2010	2009	Var.
Prêmios de seguros*	8.421,2	8.679,6	-3,0%
Prêmios ganhos	7.850,8	7.769,5	1,0%
Sinistros retidos e despesas com benefícios	(5.585,5)	(5.699,7)	-2,0%
Despesas de comercialização	(927,7)	(880,7)	5,3%
Margem bruta	1.337,7	1.189,1	12,5%
Resultado antes dos impostos e participações	1.009,3	611,3	65,1%
Lucro líquido	614,0	413,5	48,5%

Índices	2010	2009	Var.
Índice de sinistralidade (% dos prêmios ganhos)	71,1%	73,4%	-2,2 p.p.
Índice de despesas de comercialização (% dos prêmios ganhos)	11,8%	11,3%	0,5 p.p.
Índice de despesas administrativas + tributos	10,7%	13,5%	-2,9 p.p.
Índice de margem bruta (% dos prêmios ganhos)	17,0%	15,3%	1,7 p.p.
Índice combinado	97,5%	99,5%	-2,0 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado (ROAE)	21,5%	16,2%	5,3 p.p.

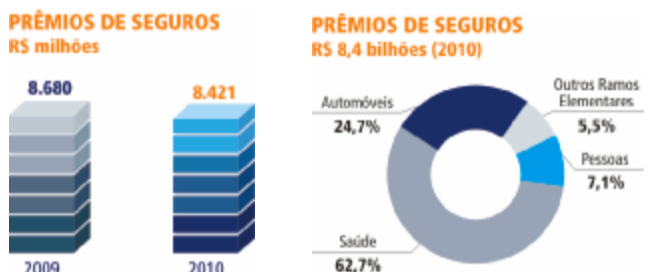
*Contempla prêmios convênio DPVAT e prêmios cedidos em co-seguros

3. Comentário sobre o desempenho

A SulAmérica encerrou o ano de 2010 registrando lucro líquido de R\$614,0 milhões, que corresponde a uma taxa de crescimento de 48,5% em relação ao lucro líquido do exercício de 2009. O retorno do patrimônio líquido médio em 2010 foi de 21,5%.



A SulAmérica apresentou receita de prêmios de R\$8,4 bilhões em 2010, com variação de 3,0%, negativos, em relação a 2009. A pequena redução é explicada pelo fato da controlada Brasilveículos Companhia de Seguros ter deixado de integrar as demonstrações consolidadas a partir do exercício de 2010, visando sua alienação ao Banco do Brasil, concluída em 29.10.2010. Desconsiderada a contribuição da Brasilveículos em 2009, a receita de prêmios consolidada apresentou aumento de 15,2% em 2010, superando a expansão média da indústria no período.



A sinistralidade total foi de 71,1%, com redução de 2,2 p.p., e o índice combinado encerrou o exercício em 97,5%, registrando melhora de 2,0 pontos percentuais.



As despesas administrativas apresentaram redução de 22,5%, com o índice de eficiência administrativa correspondendo a 8,9% dos prêmios retidos, apresentando melhora de 2,5 pontos percentuais. A melhora do índice é explicada não apenas pelos resultados alcançados com programa de aprimoramento da eficiência operacional em curso, mas também pelo efeito positivo da recuperação de despesas incorridas com a utilização compartilhada dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio da SulAmérica pela Brasilveículos.



O saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários da SulAmérica aumentou 9,9% em 2010 em relação a 2009, totalizando R\$7,5 bilhões. Desse total, cerca de 99,0% estão alocados em ativos de renda fixa enquanto uma parcela de 1% é representada por ativos de renda variável, sendo aproximadamente 92,4% dos investimentos em renda fixa alocados em títulos com classificação de risco AAA ou risco soberano (títulos públicos). A rentabilidade total da carteira de investimentos foi de 117,1% do CDI no acumulado de 2010.

4. Áreas de Negócios

4.1 **Seguro Saúde:** Os prêmios de seguro saúde (62,7% do total de prêmios de seguros) totalizaram R\$5,3 bilhões em 2010, apresentando um crescimento 17,3% em relação a 2009.



Os prêmios de seguro saúde grupal alcançaram cerca de R\$3,8 bilhões no ano, aumento de 21,7% em relação a 2009. No final de dezembro, o segmento de seguro saúde grupal contava com um total de 1.435 mil membros segurados, com aumento de 15,1% em relação ao ano anterior. O crescimento dos prêmios de seguro saúde grupal em 2010 é explicado principalmente pelo aumento de vendas novas, com 293,0 mil novos membros sendo incorporados à carteira de saúde grupal em 2010, e pelos reajustes aplicados às apólices vigentes. Os prêmios do segmento de seguro saúde para pequenas e médias empresas (PME) apresentaram expansão de 29,9% em 2010 em relação a 2009, alcançando um total de R\$752,2 milhões. A expansão em relação ao ano anterior se deveu, sobretudo, ao aumento de 23,5% no número de segurados, com a carteira atingindo 222.470 membros no final do período. A carteira de planos odontológicos encerrou 2010 com 264.851 beneficiários, apresentando crescimento de 57,4% em relação a 2009.

No seguro saúde individual, os prêmios alcançaram R\$1,5 bilhão no ano, apresentando crescimento de 7,4% em relação a 2009. A carteira de segurados de saúde individual apresentou redução de 7,1% em 2010 em relação ao ano anterior, finalizando o período com 258.609 membros. O efeito da redução do número de membros segurados sobre os prêmios de seguro saúde individual foi parcialmente compensado pelos reajustes das apólices individuais aplicados no período. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou aumento de 6,73% para as apólices de seguro saúde individual emitidas no âmbito da vigência da Lei nº 9.656/98, com efeito a partir de maio de 2010, sendo aplicado no mês de aniversário da respectiva apólice. Adicionalmente, a ANS aprovou aumento de 10,91% para apólices emitidas antes da vigência da referida lei, com efeito a partir de julho de 2010. A sinistralidade total do seguro saúde foi de 77,2% no ano, com o índice apresentando melhora de 3,6 p.p. em comparação a 2009. A melhora da sinistralidade no segmento de seguro saúde reflete os resultados positivos obtidos com a implementação de um conjunto de medidas voltado ao maior controle da frequência de utilização. Esta melhora também refletiu os reajustes aplicados às apólices grupais, em linha com a política de precificação da SulAmérica; e os reajustes aprovados pela ANS para as apólices individuais.

O índice de despesas de comercialização do seguro saúde apresentou crescimento de 0,5 p.p. em relação a 2009, atingindo 6,4% no período. Este crescimento foi explicado pela mudança na composição da carteira, com maior participação do seguro saúde grupal e do segmento de pequenas e médias empresas, sem que tenha ocorrido alteração na política de comissionamento adotada pela SulAmérica.

4.2 Seguros de Automóveis:

Os prêmios de seguros de automóveis (24,7% do total de prêmios de seguros da SulAmérica) totalizaram R\$2,1 bilhões, com redução de 29,4% em relação a 2009. Essa redução é explicada pelo fato da controlada Brasilveículos não ter sido incluída na demonstração consolidada em 2010, visando sua alienação para o Banco do Brasil, finalizada em 29.10.2010. Desconsiderada a contribuição da Brasilveículos em 2009, os prêmios de seguros cresceram 25,4%, superando o crescimento do mercado no segmento de automóveis, que foi de 15,3%.

O índice de sinistralidade foi de 60,4%, com redução de 0,6 p.p. em relação a 2009. O índice de despesas de comercialização aumentou 4,4 p.p. no período, registrando 22,8% em 2010 em linha com a não inclusão da controlada Brasilveículos nas demonstrações consolidadas em 2010. Em bases comparáveis, o índice de despesas de comercialização apresentou queda de 0,5 pontos percentuais.

4.3 **Seguros de Outros Ramos Elementares:** Na área de seguros de outros ramos elementares, segmento que representa 5,5% do total de prêmios de seguros da SulAmérica, os prêmios atingiram R\$460,7 milhões em 2010, com queda de 37,2% em relação a 2009. A queda dos prêmios de seguros se deve à revisão da política de aceitação de riscos adotada para essa carteira. No período, o índice de sinistralidade foi de 57,0% e as despesas de comercialização representaram 21,0% dos prêmios ganhos.

4.4 **Seguros de Pessoas:** No segmento de seguros de pessoas, que engloba também os seguros de acidentes pessoais e VGBL, e representa 7,1% do total de prêmios de seguros da SulAmérica no ano, os prêmios cresceram 19,6% em relação a 2009, totalizando R\$594,9 milhões. A carteira de seguros de pessoas encerrou o ano com 2.347 mil vidas, com queda de 5,5% em relação a 2009. A sinistralidade da carteira foi de 52,1% e o índice de despesas de comercialização de 25,5%.

4.5 **Resultado das Operações de Previdência:** As operações de previdência registraram uma queda de 84,4% em seus resultados, registrando R\$4,3 milhões no ano. Essa queda se deveu a aumento de provisão no montante de R\$29,4 milhões, em razão da adoção da tábua de mortalidade Experiência do Mercado Segurador Brasileiro - BR-EMS, sem que ainda tivesse sido considerada a respectiva parcela dos ativos garantidores marcada até o vencimento. As contribuições de previdência registraram aumento de 5,7% em 2010, acumulando R\$214,3 milhões no ano. As reservas de previdência cresceram 18,6%, atingindo R\$2,3 bilhões.

4.6 **Resultado com operações de assistência à saúde:** O resultado com operações de assistência à saúde (planos administrados de pós-pagamento) apresentou redução de 2,0% em 2010 em relação a 2009, totalizando R\$30,3 milhões. A redução no resultado foi explicada por ajustes contábeis efetuados no período, que envolveram reclassificação de contas anteriormente registradas nas despesas administrativas, parcialmente compensada pelo aumento de 21,4% no número de beneficiários desta carteira, que encerrou o período com 326,0 mil membros, e ainda pelo aumento da taxa média de administração em linha com as condições de reajuste previstas nos respectivos contratos.

4.7 **Resultado das operações de gestão de ativos:** O volume de recursos administrados pela SulAmérica Investimentos D.T.V.M. S.A. cresceu 21,3%, encerrando 2010 com um total de R\$17,5 bilhões sob administração, segundo dados divulgados pela ANBIMA. De acordo com a mesma fonte, o total global de ativos administrados pelo mercado apresentou crescimento de 16,8% no período. O resultado das operações de gestão de ativos apresentou aumento de 14,9% no ano, devido ao incremento no volume de ativos sob administração e à maior alocação dos recursos de clientes em fundos com perfil diversificado e, portanto, com melhores taxas de administração.



Em outubro de 2010, a Standard & Poor's reafirmou a classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída à SulAmérica Investimentos DTVM S.A. Esta classificação reflete o bom perfil de negócios da empresa e os benefícios de integrar o grupo SulAmérica; de manter uma carteira diversificada, com uma boa gama de produtos, práticas muito fortes relativas às operações e controles; a expertise de seu corpo diretivo; processos disciplinados de administração de investimentos, e seus bons princípios fiduciários.

5. Vendas e Marketing

A SulAmérica disponibiliza um amplo portfólio de produtos e serviços de qualidade diferenciada nos segmentos de saúde, automóveis e outros ramos elementares, pessoas, previdência e gestão de ativos, oferecendo cobertura a cerca de 6,3 milhões de clientes. Com atuação nacional, a SulAmérica conta com uma rede de mais de 100 pontos de presença, incluindo 14 sucursais nas principais cidades do país, que garantem apoio aos mais de 30 mil corretores que distribuem seus produtos. A SulAmérica também mantém parcerias com instituições financeiras para comercialização de seus produtos e serviços, atingindo por meio dessas parcerias mais de 16 mil pontos de venda. Em 2010, a SulAmérica firmou novas parcerias de distribuição, passando a contar com a Caixa Econômica Federal para a oferta de seguro SulAmérica Habitacional e com o Citibank para oferta do seguro SulAmérica Auto. A SulAmérica também ampliou serviços e benefícios oferecidos aos clientes do Seguro Auto SulAmérica em todo o país com a inauguração de nove unidades de sua rede de centros automatizados de super atendimento - C.A.S.A. Em 2010, a rede de C.A.S.A.s alcançou 29 unidades, com a inauguração de novos centros em Recife, Brasília, Americana, Rio de Janeiro, Sorocaba, Goiânia, Cuiabá, São José dos Campos e Natal.

Adicionalmente, a SulAmérica manteve investimentos no desenvolvimento de produtos e serviços diferenciados, lançando o cartão de crédito SulAmérica CrediCard Auto, que traz vantagens para os cerca de 1,4 milhão de segurados de sua carteira de automóveis. Além disso, a SulAmérica desenvolveu um guia online para orientar seus usuários da carteira de saúde quanto ao uso consciente dos seus planos de saúde, tendo também aprimorado a sua linha de produtos com novas coberturas para atender às necessidades de clientes do como o Auto Ôkm, do SulAmérica Prestige e do SulAmérica Você Mulher.

6. Pessoas

A SulAmérica, através da Universas, sua universidade corporativa, investe no desenvolvimento profissional e na capacitação de seus mais de 5 mil colaboradores. Em 2010, foram lançados 12 novos cursos, ampliando a grade oferecida por meio da Universas para mais de 100 cursos nas modalidades *e-learning* e presencial, que incluíram comportamento empresarial e gestão da carreira, além de assuntos técnicos do mercado segurador. No ano, foram realizadas cerca de 320 mil horas de treinamento. A Universas também está disponível para corretores, no Portal do Corretor, e para os investidores, analistas e interessados em geral, através do site de Relações com Investidores, promovendo um maior conhecimento da indústria de seguros e dos produtos oferecidos pela SulAmérica. Além da Universas, a SulAmérica investe em diversos programas para o aprimoramento de competências e habilidades que visam desenvolver a capacidade gerencial dos colaboradores, buscando formar gestores que, no futuro, possam assumir cargos de liderança, tais como: Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Gerenciamento de Projetos, Programa de Certificação Técnica - Regulamentação SUSEP, Programa Identificando Potenciais (PIP), Programa de Talentos e Programa de Educação Continuada. Como resultado desses programas, a SulAmérica aumentou de 65% em 2009, para 73% em 2010, o preenchimento de vagas através de seu processo de recrutamento interno.

Em 2010, a SulAmérica foi reconhecida com uma das melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro e entre as maiores entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo pesquisa realizada pelo *Great Place to Work Institute*. O resultado da pesquisa atesta o sucesso das práticas de recursos humanos da SulAmérica e de seus programas de treinamento e capacitação.

7. Sustentabilidade

Em 2010 a SulAmérica ampliou seu programa de disseminação de conceitos e conscientização do público interno a respeito de temas relacionados à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial. Para isso, passou a ser oferecido na Universas um programa de *e-learning*, apoiado por um circuito de palestras e mesas redondas para disseminar de forma ainda mais abrangente o conceito de sustentabilidade na SulAmérica. Cerca de 3.500 colaboradores realizaram o *e-learning* e mais de 1.500 colaboradores e gestores participaram de palestras presenciais sobre o tema.

Dentre as várias iniciativas que a SulAmérica promoveu em 2010 voltadas a sustentabilidade, destacamos a criação da Cartilha do Uso Consciente do Plano de Saúde, a expansão do número de oficinas que adota tinta à base d'água na reparação de veículos dos clientes do Seguro Auto SulAmérica, a ampliação da utilização da certificação digital na troca de documentos com prestadores da área de saúde e a supressão da data de validade nos cartões de identificação dos segurados do SulAmérica Saúde, economizando a emissão de milhares de cartões anualmente.

Pelo segundo ano consecutivo, a SulAmérica foi reconhecida pela relevância que tem dedicado à sustentabilidade, sendo a primeira e única seguradora a integrar a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBovespa. E pelo segundo ano consecutivo também, a SulAmérica publicou seu relatório anual, de acordo com as diretrizes G3 do GRI (*Global Reporting Initiative*), sendo qualificado com a categoria B.

8. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

Em 2010, a SulAmérica ampliou ainda mais sua adesão às melhores práticas de governança corporativa, destacando-se dentre suas iniciativas a separação das posições de presidente do Conselho de Administração e de diretor-presidente, assim como a eleição de mais um membro independente para o Conselho de Administração da Companhia, que passou a contar com três conselheiros independentes, equivalente a 33% dos membros, percentual superior ao exigido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBovespa. Outra iniciativa adotada foi a inclusão, no programa de educação continuada dos membros do Conselho de Administração, de programa de vivência destes nas atividades cotidianas e operacionais da SulAmérica, chamado de *Conselho NA SulAmérica*, que propiciou o aprofundamento do conhecimento dos conselheiros sobre o dia a dia da SulAmérica. Além disso, 2010 foi um ano de reconhecimento pelo mercado das práticas de governança adotadas pela SulAmérica.

8.1 Ações:

Em 2010, as *units* da Sul América S.A. (BM&FBovespa: SULA11) apresentaram valorização de 20,2%, enquanto o Ibovespa acumulou ganho de 1,0%. As *units* encerraram o ano cotadas a R\$20,80, e o valor de mercado da Companhia era de R\$5,8 bilhões em 31.12.2010. O volume financeiro médio diário de negociação das *units* foi de R\$7,3 milhões, com aumento de 37,9% em relação a 2009.



As *units* da SulAmérica integram as carteiras do Índice Brasil - IBRX, Índice BM&FBovespa Financeiro - IFNC, Índice Small Cap - SMLL, Índice de Ações com Tag-Along Diferenciado - ITAG, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC e do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. Em junho, a Fitch Ratings elevou os seguintes *ratings* atribuídos à Sul América S.A.: IDRs (*Issuer Default Ratings* - *ratings* de probabilidade de inadimplência do emissor) de longo prazo em moeda estrangeira e local de 'BB' para 'BB+', com perspectiva estável; IDRs de curto prazo em moeda estrangeira e local afirmados em 'B'; *ratings* nacionais de longo prazo elevado de 'AA-(bra)' para 'AA(bra)', com perspectiva estável; e de curto prazo afirmado em 'F1+(bra)'. Para a emissão de US\$200 milhões em *senior notes*, o *rating* de longo prazo em moeda estrangeira foi elevado de 'BB-' para 'BB'. A elevação dos *ratings* refletiu o desempenho consistente da SulAmérica e a expectativa de manutenção dos satisfatórios índices de eficiência devido às ações implementadas desde 2006, que tendem a permitir a continuidade de sua boa rentabilidade, mesmo diante da perspectiva de um ambiente mais competitivo. Em dezembro, a Fitch Ratings reafirmou os *ratings* mencionados acima, com perspectiva estável.

Como reconhecimento do aprimoramento do relacionamento com os investidores e acionistas da SulAmérica, a reunião, realizada em 14.09.2010, foi escolhida como uma das 10 melhores reuniões para investidores e profissionais do mercado de capitais de 2010 pela regional São Paulo da APIMEC.

8.2 Alteração na administração

Em 31.03.2010, a SulAmérica comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na mesma data, elegeu o Sr Thomaz Cabral de Menezes para o cargo de diretor presidente. O Sr Menezes substituiu nessa função o Sr Patrick de Larragoiti Lucas, que, em dezembro do ano passado, decidiu, com base nas melhores práticas de governança corporativa, concentrar sua atuação na presidência do Conselho de Administração da Companhia, posição para a qual foi reconduzido pela Assembleia Geral realizada naquela data. O Sr Thomaz Cabral de Menezes é administrador de empresas, tendo ocupado por vários anos a presidência de umas das maiores corretoras de seguros no mercado brasileiro.

8.3 Alienação do imóvel da sede de São Paulo

Em 05.04.2010, a Sul América S.A. divulgou fato relevante ao mercado informando que sua controlada Sul América Companhia Nacional de Seguros firmara entendimentos visando a venda do imóvel onde está instalada sua sede na cidade de São Paulo, na Rua Pedro Alvares 73. A operação foi concluída em 04.06.2010, tendo gerado resultado líquido de R\$41,0 milhões.

8.4 Aquisição da Brasília Saúde

Em 08.07.2010, a Sul América Seguro Saúde S.A. adquiriu da BB Seguros e Participações S.A. a participação de 49,92% no capital social da Brasília Saúde Companhia de Seguros que opera nas modalidades de saúde grupal e individual, pelo montante de R\$29, 2 milhões com ágio de R\$6,9 milhões.

8.5 Desdobramento de ações

Em 28.07.2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de desdobramento das ações de emissão da Sul América S.A., com o objetivo de favorecer suas condições de negociabilidade. Cada ação, ordinária ou preferencial, representada ou não por certificados de depósito de ações (*units*), foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie, de forma que o capital social passou a ser dividido em 466.113.588 ações ordinárias e 377.774.205 ações preferenciais, sem qualquer mudança na proporção entre ações ordinárias e preferenciais ou nos direitos e características de cada espécie. Os acionistas que estavam inscritos nos registros da Companhia em 28.07.2010 tiveram direito ao recebimento das ações decorrentes do desdobramento, passando as ações da Sul América S.A. a serem negociadas ex-desdobramento a partir de 29.07.2010. As ações decorrentes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 03.08.2010.

8.6 Venda da participação na Brasilveículos

Em 05.10.2010, a SUSEP aprovou a venda das ações da Brasilveículos Companhia de Seguros de propriedade da Sul América Companhia Nacional de Seguros para a BB Aliança REV Participações S.A. O pagamento de R\$359,0 milhões, incluindo aproximadamente R\$19,0 milhões referente a correção do CDI entre a data do contrato e a do pagamento, ocorreu em 29.10.2010, gerando um ganho não recorrente de aproximadamente R\$135,0 milhões.

8.7 Aquisição da Dental PLAN

Em 13.12.2010, a controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde celebrou contrato visando a aquisição da Dental PLAN LTDA pelo preço de R\$28,5 milhões. A Dental PLAN é uma operadora de planos odontológicos com atuação concentrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, tendo apresentado expressiva expansão na região Sudeste. A efetivação da aquisição está condicionada à aprovação pelas autoridades regulatórias competentes.

9. Investimentos

Em 31.12.2010, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Companhia Nacional de Seguros no montante de R\$515,8 milhões, Sul América Companhia de Seguro Saúde no montante de R\$662,0 milhões e Saepar Serviços e Participações S.A. no montante de R\$1,9 bilhão.

10. Resultado do exercício e proposta para sua destinação

A administração encaminhou à Assembleia Geral Ordinária proposta de distribuição do resultado que contempla o pagamento de dividendos no montante de R\$291,7 milhões, equivalentes a 50% do lucro líquido total ajustado do exercício. A proposta encaminhada está em linha com a política de distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração em 23.02.2010.

Resultado do exercício e proposta para sua destinação (Controladora):

	2010	Companhia 2009
Lucro Líquido do Exercício - Ajustado	-	413.465
Alteração de Práticas Contábeis	-	5.628
Lucro Líquido do Exercício	614.021	419.093
Constituição da Reserva Legal (5%)	(30.701)	(20.955)
Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Lei 6.404/76 e 10.303/01)	583.320	398.138
Dividendos Obrigatórios	145.830	99.535
Dividendos Adicionais	145.830	99.535
Dividendos Propostos	291.660	199.069
Destinação:		
Constituição de Reserva para Expansão de Negócios	323.189	199.069
Realização de Reserva de Lucros a Realizar do Exercício	(31.529)	-

Em atendimento à Deliberação CVM nº 592/09, que aprova o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, que corresponde a IAS 37 - *Accounting Policies, Errors and Estimates*, o montante de dividendos propostos e não pagos acima do mínimo obrigatório não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

11. Atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003

Em 29.12.2009, a Sul América S.A. contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras (individual e consolidada). Adicionalmente, a Companhia também contratou a KPMG para execução de outros serviços que não são de auditoria. Os honorários correspondentes a estes outros serviços são inferiores a 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

12. Acordo de Acionistas

A Sul América S.A. é parte em acordo de acionistas celebrado em 10.05.2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

13. Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 45 de seu Estatuto Social.

14. Declaração dos Diretores Estatutários

Os diretores estatutários da Sul América S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 29.978.814/0001-87, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31.12.2010, assim como com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Companhia		Consolidado		Notas	Companhia		Consolidado	
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010		31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
ATIVO CIRCULANTE		331.326	433.181	456.203	8.343.701	7.696.347	6.297.363			
DISPONÍVEL	7	26.695	22.232	156.088	618.564	511.994				
Caixa e Bancos	-	314	173	32	21.704	59.942	54.726			
Aplicações no Mercado Aberto	-	26.381	22.059	156.056	571.774	558.622	457.268			
APLICAÇÕES	8	143.496	306.012	214.536	5.735.970	4.411.877	3.507.331			
Títulos de Renda Fixa	-	87.248	21.703	86.832	5.319.509	4.144.408	3.412.298			
Títulos de Renda Variável	-	-	-	-	255.803	172.074	89.504			
Quotas de Fundos de Investimentos	-	56.248	284.309	127.704	160.524	96.558	12.421			
Outras Aplicações	-	-	-	-	1.444	1.554	2.356			
(-) Provisão para Desvalorização	-	-	-	-	(1.373)	(2.717)	(9.248)			
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS										
E RESSEGUROS					1.172.103	1.765.839	1.468.083			
Prêmios a Receber	9	-	-	-	801.056	1.091.441	1.091.441			
Operações com Seguradoras	-	-	-	-	41.662	45.918	48.278			
Operações com Resseguradoras	14.3	-	-	-	344.247	453.792	362.354			
Outros Créditos Operacionais	-	-	-	-	53.621	47.242	32.396			
(-) Provisão para Riscos de Crédito	9.2	-	-	-	(68.838)	(44.136)	(66.386)			
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR										
Valores a Receber	-	-	-	-	5.113	1.520	4.383			
Créditos de Resseguros	-	-	-	-	5.098	838	3.775			
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		160.366	104.072	83.506	367.389	291.416	275.332			
Títulos e Créditos a Receber	-	135.535	86.992	68.005	173.995	115.753	91.325			
Créditos Tributários e Previdenciários	10.1	24.806	18.516	16.986	88.759	65.093	82.750			
Outros Créditos	18.2	25	98	49	113.970	124.486	116.549			
(-) Provisão para Riscos de Crédito	-	-	(1.534)	(1.534)	(9.335)	(13.916)	(15.292)			
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA					1.266	60.339	-			
OUTROS VALORES E BENS					45.437	60.037	74.511			
DESPESAS ANTECIPADAS		769	865	2.073	12.414	12.469	6.577			
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS					341.975	370.834	298.129			
Seguros e Resseguros	14.1	-	-	-	337.285	367.874	295.603			
Previdência Complementar	14.4.1	-	-	-	4.690	2.960	2.526			
DESPESAS DE RESSEGUROS E RETROCESSÕES DIFERIDAS	14.3				58.909	103.452	151.023			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.044.675	2.552.829	2.232.793	3.924.528	4.733.019	4.587.443			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.059	1.698	7.721	3.761.422	4.542.829	4.371.386			
APLICAÇÕES	8	10	11	9	1.231.565	1.887.634	1.883.765			
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	1.216.495	1.871.900	1.869.302			
Títulos de Renda Variável	-	-	-	-	120	120	120			
Quotas de Fundos de Investimentos	-	-	-	-	9.159	10.659	9.880			
Outras Aplicações	-	95	95	95	31.421	31.560	31.358			
(-) Provisão para Desvalorização	-	(85)	(84)	(86)	(25.630)	(26.605)	(26.895)			
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS										
E RESSEGUROS					177.687	98.757	54.491			
Prêmios a Receber	9	-	-	-	20.627	37.306	131			
Operações com Seguradoras	-	-	-	-	275	560	-			
Operações com Resseguradoras	14.3	-	-	-	156.785	60.891	54.360			
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		954	825	2.511	2.166.281	2.352.485	2.246.928			
Créditos Tributários e Previdenciários	10	14.544	8.779	7.672	604.885	635.299	634.606			
Créditos Tributários e Previdenciários - Prejuízos Fiscais	10.1	9.924	11.278	10.636	131.160	181.633	228.781			
Depósitos Judiciais e Fiscais	19	955	825	648	1.519.812	1.655.182	1.617.724			
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-	56.144	51.469	57.560			
(-) Provisão para Riscos de Crédito	-	(24.469)	(20.057)	(16.445)	(145.720)	(171.098)	(291.743)			
OUTROS VALORES E BENS					1.092	2.912	7.118			
DESPESAS ANTECIPADAS		95	862	5.201	7.845	12.896	6.674			
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS					151.870	140.909	142.763			
Seguros e Resseguros	14.1	-	-	-	148.999	138.632	141.372			
Previdência Complementar	14.4.1	-	-	-	2.871	2.277	1.391			
DESPESAS DE RESSEGUROS E RETROCESSÕES DIFERIDAS	14.3				25.082	47.236	29.647			
PERMANENTE		3.043.616	2.551.131	2.225.072	163.106	190.190	216.057			
INVESTIMENTOS		3.037.894	2.545.936	2.222.785	4.825	6.899	10.144			
Participações Societárias	11	3.037.894	2.545.936	2.222.785	-	-	-			
Imóveis Destinados a Renda	-	-	-	-	12.317	15.515	21.453			
Outros Investimentos	-	-	-	-	14.287	14.480	16.319			
(-) Provisão para Desvalorização	-	-	-	-	(14.326)	(15.041)	(15.214)			
(-) Depreciação	-	-	-	-	(7.453)	(8.055)	(12.414)			
IMOBILIZADO					58.168	75.216	130.595			
Imóveis	-	-	-	-	462	3.960	116.267			
Bens Móveis	-	-	-	-	52.474	85.807	78.007			
Outras Imobilizações	-	-	-	-	44.136	23.894	23.894			
(-) Provisão para Desvalorização	-	-	-	-	-	(189)	(594)			
(-) Depreciação	-	-	-	-	(37.856)	(57.778)	(86.979)			
INTANGÍVEL		5.722	5.195	2.287	100.113	108.075	75.318			
Agio	-	5.138	5.138	5.138	20.574	20.573	20.573			
Software	-	4.214	3.242	317	114.808	148.070	102.326			
Despesas de Organização, Implantação e Instalação	-	-	-	-	-	7.554	5.115			
(-) Amortizações	-	(3.630)	(3.185)	(3.168)	(35.269)	(68.122)	(52.696)			
TOTAL DO ATIVO		3.376.001	2.986.010	2.688.996	12.268.229	12.429.366	10.884.806			

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	Companhia		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
OPERAÇÕES DE SEGUROS					
PRÊMIOS RETIDOS				8.248.633	8.289.159
Prêmios de Seguros	-	-	-	8.384.447	8.648.242
Prêmios Convênio DPVAT	-	-	-	48.309	133.962
Prêmios Cedidos em Co-seguros	-	-	-	(11.582)	(102.627)
Prêmios Cedidos em Resseguros	-	-	-	(148.745)	(324.567)
Prêmios Retrocessão	-	-	-	363	1.134
Prêmios Cedidos em Consórcios e Fundos	-	-	-	(24.159)	(66.985)
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS				(397.830)	(519.648)
PRÊMIOS GANHOS				7.850.803	7.769.511
RENDAS COM TAXA DE GESTÃO				6.774	4.773
SINISTROS RETIDOS				(5.562.909)	(5.675.087)
Sinistros Diretos	-	-	-	(5.711.824)	(6.066.873)
Sinistros de Consórcios e Fundos	-	-	-	(19.061)	(50.819)
Serviços de Assistência	-	-	-	(310)	(45.262)
Recuperação de Sinistros	-	-	-	91.882	418.609
Salvados e Ressarcimentos	-	-	-	153.563	166.738
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	(77.159)	(97.480)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS				(22.554)	(24.635)
Despesas com Benefícios Retidas	-	-	-	(23.060)	(23.296)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	506	(1.339)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO				(927.670)	(880.726)
Comissões	-	-	-	(987.329)	(972.973)
Recuperação de Comissões	-	-	-	8.789	31.022
Outras Despesas de Comercialização	-	-	-	(2.093)	(1.821)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas	-	-	-	52.963	63.046
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS				(330.060)	(110.678)
Outras Receitas Operacionais	22.3	-	-	25.002	166.616
Outras Despesas Operacionais	22.4	-	-	(355.062)	(277.294)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA					
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS				214.326	202.107
Rendas de Contribuições	-	-	-	214.326	202.107
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS				(215.657)	(169.230)
RENDAS COM TAXA DE GESTÃO				18.333	15.095
DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES				(5.765)	(14.676)
Despesas com Benefícios	-	-	-	(6.687)	(13.662)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	922	(1.014)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO				(6.397)	(5.417)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS				(557)	(2.866)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(557)	(2.866)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE				30.328	30.936
RESULTADO DA ATIVIDADE FINANCEIRA				23.027	19.465
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.2	(12.112)	(12.036)	(731.983)	(943.919)
DESPESAS COM TRIBUTOS		(2.922)	(1.283)	(147.433)	(177.858)
RESULTADO FINANCEIRO		769	16.557	510.131	564.492
Receitas Financeiras	22.5	132.913	153.589	1.165.248	1.043.065

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

	2010	Companhia 2009	2010	Consolidado 2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
COBRANÇA				
Prêmios de Seguros	-	-	9.185.010	9.099.587
Rendidas de Contribuições / Portabilidade de Entrada	-	-	8.322.577	8.261.115
Planos Administrados	-	-	297.386	273.029
Outros	-	-	528.471	532.958
	-	-	36.576	32.485
SINISTROS E BENEFÍCIOS				
Seguros	-	-	(6.173.933)	(6.088.679)
Resgates / Benefícios de Previdência / Portabilidade de Saída	-	-	(5.491.447)	(5.432.261)
Planos Administrados	-	-	(173.602)	(175.385)
Outros	-	-	(508.884)	(481.033)
COMISSÕES				
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-	(399)	(1.052.273)	(986.710)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
Pessoal	(6.215)	(6.654)	(891.923)	(934.033)
Gerais	(1.715)	(1.530)	(400.309)	(424.074)
Equipamentos de Processamento de Dados/ Software	(4.500)	(5.124)	(491.614)	(509.959)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES				
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.589)	(9.274)	(469.465)	(320.685)
PIS e COFINS	(5.944)	(8.799)	(273.031)	(176.321)
Outros	(1.032)	(1)	(104.041)	(82.340)
Outros	(613)	(474)	(92.393)	(62.024)
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO				
ENCARGOS FINANCEIROS	109.138	75.957	4.349	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MENSURADOS A VALOR JUSTO				
POR MEIO DO RESULTADO				
Compra	240.056	(107.040)	329.217	222.528
Venda	(68.095)	(435.474)	(6.990.337)	(5.612.848)
Rendimento	280.101	294.796	6.756.289	5.304.026
Outros	28.050	33.638	563.265	531.350
OUTROS RECEBIMENTOS (PAGAMENTOS)				
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(335)	(227)	109.984	(14.291)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DEMAIS CATEGORIAS				
Compra	(62.580)	60.898	(928.360)	(418.513)
Venda e Vencimento	(157.252)	(33.555)	(3.712.674)	(2.330.973)
Depósitos e Resgates Judiciais	94.672	94.453	2.784.315	1.912.460
Depósitos Judiciais	(749)	784	(130.330)	(39.154)
Resgates de Depósitos Judiciais	(1.542)	(216)	(151.558)	(189.092)
Resgates de Depósitos Judiciais	793	1.000	21.228	149.938
COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS				
COMPRA E VENDA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(2.320)	(1.576)	107.896	(65.147)
Equipamentos de Processamento de Dados/ Software	(2.320)	(1.576)	107.896	(65.147)
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros e Outros	-	(632)	137.018	(27.219)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
MOVIMENTAÇÕES SOCIETÁRIAS				
Compra de Ações Próprias	(49.507)	-	(49.762)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(195.059)	(104.089)	(195.061)	(115.824)
CAPTAÇÃO DE RECURSOS				
PAES- PARCELAMENTO ESPECIAL LEI Nº 10.684	(60)	(60)	(24.339)	(24.346)
OUTROS RECEBIMENTOS / (PAGAMENTOS)	(244.626)	(133.065)	(266.988)	(161.143)
CAIXA LÍQUIDO CONSOLIDADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	4.463	(133.856)	2.820	106.570
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	22.232	156.088	618.564	511.994
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	26.695	22.232	593.478	618.564
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	4.463	(133.856)	2.820	106.570

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	2010	Companhia 2009	2010	Consolidado 2009
Descrição				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	614.021	413.465	614.021	413.465
MAIS				
Participações de Acionistas não Controladores	-	-	-	27.862
Depreciações e Amortizações	-	-	38.736	38.767
Juros e Variações Monetárias de Empréstimos e Swap	37.326	39.781	37.326	39.781
Juros e Variações Monetárias sobre Parcelamento Especial (PAES)	29	34	5.014	6.559
Juros e Variações Monetárias sobre Provisões para Ações Judiciais e Obrigações Fiscais	62	55	62.833	26.648
Outros	5.594	3.336	608	4.795
MENOS				
Participações de Acionistas não Controladores	-	-	(23.372)	-
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(659.321)	(418.430)	-	-
Lucro na Venda de Ativo Mantido para Venda	-	-	(308.717)	-
Lucro na Venda de Investimentos e ou Imobilizado	-	-	(41)	(16.460)
Juros e Variações Monetárias de Depósitos Judiciais	(63)	(57)	(65.298)	(61.357)
Outros	(79)	(2.632)	(4.259)	(1.634)
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Variação das Aplicações	224.208	(155.579)	(401.325)	(493.089)
Variação dos Créditos e Débitos das Operações de Seguros, Resseguros e Previdência Complementar	(543)	-	855.388	765.654
Variação de Títulos e Créditos a Receber	(329)	1.030	(15.225)	(139.468)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas e Outros Ativos	863	675	(35.621)	(70.713)
Variação dos Ativos Mantidos para Venda	-	-	(50.329)	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos de Controladas e Coligadas	109.138	75.957	4.349	-
Variação de Contas a Pagar e Outros Débitos	1.521	(5.340)	205.039	238.553
Variação de Empréstimos e Financiamentos	(17.689)	(23.192)	(17.690)	(23.192)
Variação de Depósitos de Terceiros	-	-	21.227	17.304
Variação de Outros Passivos Contingentes	-	-	(32.263)	10.949
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	314.738	(70.897)	890.401	784.424

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Reservas de Capital						Reservas de Lucros						Companhia			Consolidado		
	Capital Social	Reserva Especial de Ações	Reserva de Ações	Ágio em Transações de Capital	Opções Outorgadas Reconhecidas	Total das Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Expansão de Negócios	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros a Realizar	Total das Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Outros Resultando Abranchente	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação de Acionistas Não Controladores	Total
SALDOS EM 31.12.2008- ORIGINALMENTE APRESENTADO	1.185.831	25.995	355.000	-	1.575	382.570	(2.210)	44.227	620.757	5.195	192	31.529	696.705	22.742	-	2.285.638	-	2.285.638
Alteração de Práticas Contábeis- Nota (3.18.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	5.300	-	-	-	-	-	-	5.300	-	5.300
Alteração de prática decorrente da transição do BR GAAP para o IFRS- Nota (3.18.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.195	-	5.195	(22.742)	-	22.742	5.195	221.329	226.524
SALDOS EM 01.01.2009- AJUSTADO	1.185.831	25.995	355.000	-	1.575	382.570	(2.210)	44.227	626.287	5.195	192	31.529	707.430	-	22.742	2.296.363	221.329	2.517.692
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ORIGINALMENTE APRESENTADO																		
Alteração de Práticas Contábeis- Nota (3.18.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.628)	-	-	-	-	419.093	-	419.093	36.619	455.712
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO									(5.628)	-	-	-	-	419.093	-	413.465	36.619	450.084
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.090)	(7.090)	-	(7.090)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE									(5.628)	-	-	-	-	419.093	(7.090)	406.375	36.619	442.994
Aquisição de Ações para Manutenção em Tesouraria (Nota 21.2)	-	-	-	-	-	-	(19.412)	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.412)	-	(19.412)
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(139)	-	-	-	-	-	-	(139)	-	(139)
Perda com Opções Outorgadas	-	-	-	-	(271)	(271)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(271)	-	(271)
Dividendo Adicional Proposto pago, conforme AGO/AGE de 31.03.2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido do exercício:																		
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	20.955	-	-	-	-	-	(20.955)	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.529	-	-	-	(31.529)	-	-	-	-
Reserva para Expansão de Negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199.069	-	-	(199.069)	-	-	-	-
Dividendos Propostos- Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(199.069)	-	-	-	-
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(199.069)	-	(199.069)
TRANSAÇÕES COM ACIONISTAS																		
Constituição de Reserva de Capital (Nota 16.2)	-	-	-	-	(271)	(271)	(19.412)	20.955	198.930	94.339	-	-	-	(450.622)	-	(124.552)	-	(124.552)
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	3.746	3.746	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.746	-	3.746
Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.534	-	99.534	-	-	-	-	(8.757)	(8.757)
SALDOS EM 31.12.2009	1.185.831	25.995	355.000	-	5.050	386.045	(21.622)	65.182	819.589	99.534	192	31.529	1.016.026	-	15.652	2.581.932	249.191	2.831.123
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO																		
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	614.021	-	614.021	(1.120)	612.901
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE														614.021	(8.477)	605.544	(1.120)	604.424
Aquisição de Ações para Manutenção em Tesouraria (Nota 21.2)	-	-	(8.348)	-	-	(8.348)	(37.322)	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.670)	-	(45.670)
Dividendo Adicional Proposto pago, conforme AGO/AGE de 31.03.2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio em Transações de Capital	-	-	-	(6.923)	-	(6.923)	-	-	-	(99.534)	-	-	-	-	-	(99.534)	-	(99.534)
Destinação do Lucro Líquido do exercício:																		
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	30.701	-	-	-	-	-	(30.701)	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.529	-	-	-	(31.529)	-	-	-	-
Reserva para Expansão de Negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323.189	-	-	(323.189)	-	-	-	-
Dividendos Propostos- Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291.660)	-	(291.660)	-	(291.660)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291.660)	-	(291.660)
TRANSAÇÕES COM ACIONISTAS																		
Constituição de Reserva de Capital (Nota 16.2)	-	-	(8.348)	(6.923)	-	(15.271)	(37.322)	30.701	323.189	145.830	-	-	-	(645.550)	-	(297.957)	-	(297.957)
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	2.338	2.338												



Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

A redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

(3.6) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes foram constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras. As provisões para imposto de renda e para contribuição social diferidos são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias.

(3.7) PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES DE OPERAÇÕES DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras.

(a) PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP e pela ANS ajustadas, quando aplicável, pelos seguintes aspectos:

- A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) requerida pela SUSEP é revertida para fins de consolidação, conforme mencionado na nota 3.18.1 a.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), que não é requerida pela ANS, é constituída para fins de consolidação para uniformização com os critérios contábeis estabelecidos pela SUSEP.

As provisões técnicas relacionadas aos seguros DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

(a.1) PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO GANHOS (PPNG)

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas.

(a.2) PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO GANHOS PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO EMITIDOS (PPNG-RVNE)

A PPNG - RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida em cada database dos últimos 16 meses anteriores ao final de cada exercício social, que nesta demonstração financeira é o exercício final em 31.12.2009, base da última avaliação atuarial, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso.

(a.3) PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS (PRNE)

A PRNE é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base o prêmio de seguro ou a contribuição de previdência líquida de carregamento, divididos pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de vida individual e previdência complementar.

(a.4) PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO RECEBIDOS (PRNE-RVNR)

A PRNE - RVNR é constituída para apurar a parcela de prêmios e de contribuições ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação do prêmio e da contribuição pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado periodicamente com base na média ponderada de atrasos de emissão observados nos últimos 16 meses anteriores ao final de cada exercício social, que nesta demonstração financeira é o exercício final em 31.12.2009 para os contratos de seguros de vida individual e de previdência complementar.

(a.5) PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database da demonstração financeira, compreendendo:

(i) para os ramos de danos e de pessoas, a PSL é constituída pelo valor dos sinistros avisados até a database, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro ALAE. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como IBNR.

Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. A estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos é líquida da estimativa de salvados a receber, calculada também pelo método dos triângulos de *run-off*.

O IBNR é calculado conforme descrito na nota (a.8), item (i);

(ii) para o ramo de seguro saúde, a PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), calculada com base nos avisos de sinistros recebidos e

(iii) adicionalmente à PSL, as controladas que operam com seguros passaram a provisionar as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, ULAE. A ULAE da PSL é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros e previdência. A ULAE para os ramos de danos e de pessoas é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros.

(a.6) PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E BENEFÍCIOS A REGULARIZAR EM DISPUTA JUDICIAL

As provisões de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês.

As provisões estão contabilizadas na rubrica Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e no passivo não circulante, e na rubrica Benefícios a Regularizar no passivo circulante. Os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados nas rubricas Sinistros a Liquidar no passivo circulante e não circulante e na rubrica Benefícios a Regularizar, no passivo circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

(a.7) PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR (PBAR)

A PBAR relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas vencidos e não pagos aos participantes e beneficiários calculados com base nos avisos recebidos em decorrência de eventos já ocorridos, incluindo atualização monetária. Para os contratos de seguros de vida individual com regime de repartição simples, a PBAR é ajustada com base em dados estatístico-atuariais. Tais cálculos se baseiam na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos (IBNP) e calculada com base em métodos estatísticos conhecidos como triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos pagamentos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência de sinistros. O desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. Tornando-se a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos e subtraindo-se a estimativa final de sinistros ocorridos mas não avisados, obtém-se o valor estatístico de ajuste, que se refere ao desenvolvimento futuro dos sinistros já ocorridos, e que é proporcionalmente registrado parte como ajuste da PBAR e parte como ajuste de IBNR.

(a.8) PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS (IBNR)

A IBNR (Incurred But Not Reported) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das demonstrações financeiras e considera:

(i) para os ramos de seguros de danos e de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, adicionada das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE). A IBNR é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e buscando-se sempre uma metodologia que melhor se adapte à experiência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota (a.5), item (i);

(ii) para o ramo de seguro de saúde, a IBNR é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses;

(iii) para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 288, de 01.04.2005 no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses;

(iv) A ULAE da IBNR é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros. A ULAE para o ramo de danos e pessoas é obtida a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR.

(a.9) PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS (IBNR) – JUDICIAL

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial às controladas que operam com seguros, independentemente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico por tais controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização às mencionadas controladas.

A provisão de IBNR judicial é constituída para os ramos de danos e de pessoas, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os:

(i) períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e, entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação;

(ii) percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial;

(iii) valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica de Sinistros a Liquidar e Benefícios a Regularizar em Disputa Judicial, resultando no valor médio das causas.

(a.10) PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)

A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria.

(a.11) PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)

A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar, de saúde e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC, relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada para a database da demonstração financeira, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábua de mortalidade e de juros. A PMBC para os ramos de saúde é constituída para a garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada para a database da demonstração financeira.

(a.12) PROVISÃO DE EXCEDENTES FINANCEIROS (PEF)

A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou a atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

(a.13) PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS (POR)

A POR tem como objetivo reduzir o risco de eventuais oscilações no volume dos sinistros dos contratos de previdência complementar. A POR é calculada de forma estocástica, com base na experiência histórica das oscilações de sinistralidade, projetando-se 30.000 possíveis cenários de sinistralidade e observando-se a possível necessidade de provisão adicional para cada um dos cenários. A POR corresponde à soma de tais provisões adicionais necessárias para os 29.700 cenários mais prováveis, garantindo assim provisão suficiente para reduzir a probabilidade de ruína da carteira a 1%.

(a.14) PROVISÃO PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PDA)

A PDA é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. A PDA é contabilizada na rubrica Outras Provisões, no passivo circulante e não circulante. A PDA é calculada com base nas despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios descontadas para a database da demonstração financeira. Para isso, projeta-se o fluxo de pagamentos esperados, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábua de mortalidade AT2000 e de entrada em fase de concessão de benefícios.

(a.15) PROVISÃO DE OSCILAÇÃO FINANCEIRA (POF)

A POF é constituída para as operações de previdência complementar conhecidas como "Planos Tradicionais". A POF é contabilizada na rubrica Outras Provisões, no passivo não circulante, e é calculada com o objetivo de dar cobertura a eventuais desvios futuros entre o índice de inflação estabelecido no contrato e a variação anual dos benefícios de aposentadoria pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme condições específicas de contrato coletivo mantido pela controlada Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. denominada "SULASEG". A metodologia considera a taxa de juros de acordo com a garantia mínima definida e cenários estocásticos de índices de inflação, que a partir de setembro de 2009 considera o índice de inflação acrescido de 50% da variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), defasada de 2 anos, dos quais 100 possíveis cenários econômicos são projetados, sendo ainda observados os montantes adicionais de reserva necessários para cobrir os descolamentos entre os índices. A POF é equivalente ao somatório de tais reservas adicionais para os 90 casos mais prováveis, garantindo assim uma reserva suficiente com 90% de certeza.

(a.16) PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS (PIP)

A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos.

(i) para os contratos de seguros de vida em regime de capitalização, a PIP se faz necessária pois o prêmio da maioria dos contratos está remido. Para estes contratos, a PIP é equivalente às obrigações futuras esperadas com benefícios e demais despesas futuras descontadas para a database da demonstração financeira.

(ii) para alguns contratos de seguro de vida individual com a figura de estipulante, a PIP também é necessária e equivalente ao valor descontado para a database da demonstração financeira do fluxo esperado projetado dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros destes contratos e;

(iii) para os demais contratos de seguros de pessoas e para os contratos de seguros de danos foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na data de balanço e premissas atuariais correntes. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP.

(a.17) PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES (PIC)

A PIC é registrada para os contratos de previdência complementar e visa cobrir possíveis deficiências das provisões matemáticas de benefícios a conceder, de benefícios concedidos e da provisão de riscos não expirados em relação a estimativa atualizada dos valores a pagar, considerando os compromissos contratuais assumidos. Tais deficiências são apuradas através de cálculos que levam em consideração a projeção dos fluxos de recebimento de contribuições e de pagamento de benefícios e despesas associadas. Para a elaboração das projeções, são considerados pressupostos e premissas, sendo as mais importantes a mortalidade dos participantes (apurada com base na tábua de mortalidade BR-EMS-Male e AT2000-Male), a persistência esperada dos participantes na carteira e a idade de entrada em aposentadoria. A PIC é constituída quando o saldo das provisões se mostra insuficiente para fazer frente ao valor do fluxo projetado esperado de entradas e saídas de recursos financeiros descontados a valor presente para a base do cálculo.

(3.8) TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (LIABILITY ADEQUACY TEST – LAT)

O CPC 11 requer que as entidades que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. O teste de adequação dos passivos considerou todos os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31.12.2010, brutos de resseguro, e as premissas atuariais correntes até o final de vigência destas obrigações, sem considerar novos contratos e certificados. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixas considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Foram consideradas as provisões, despesas ligadas a operação e a despesa de comercialização diferida. No caso dos sinistros judiciais, os fluxos de caixa futuros foram reajustados utilizando a projeção do IPCA somados aos juros de 0,78% a.m. Para os contratos de previdência, para estimativa de sobrevivência foi utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa livre de risco. Quando aplicável, deficiências são contabilizadas no resultado.

(3.9) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

• As provisões para as ações judiciais de natureza civil, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela TR e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza civil, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, quanto as de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para

os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas nas rubricas Outras Ações Judiciais, no passivo circulante e não circulante, e consideram os valores atuais das mencionadas ações judiciais. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e trabalhistas estão contabilizados na rubrica Outras Contas a Pagar, no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente;

• As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica Contas a Pagar–Obrigações a Pagar, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

(3.10) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PÓS-EMPREGO

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais que estão descritas na nota 23.1.1. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos estão sendo amortizados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano.

(3.11) PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

O valor justo da remuneração dos participantes do Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia é reconhecido na data de outorga, como despesa administrativa, com um correspondente aumento do patrimônio líquido, Reserva de Capital – Opções Outorgadas Reconhecidas (vide nota 16.2), pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa administrativa é ajustado com base no modelo *Black-Scholes* para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

(3.12) DIVIDENDOS

Os dividendos da Companhia são registrados no passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas. O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustados em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das demonstrações financeiras a provisão é limitada ao dividendo obrigatório mencionado anteriormente, conforme nota 21.7.

(3.13) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação é calculado com base no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas e considera a média ponderada da base de ações em circulação durante o período e as metodologias de cálculo denominadas: "básico" e "diluído" (nota 21.9), como requer o CPC 41 – Resultado por Ação.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- O cálculo baseado na média diária;
- A média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em tesouraria, deduzida do número total de ações e
- As quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (nota 16.2 item a), durante o período, no ajuste da média ponderada.

(3.14) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A apresentação por segmentos de negócios (nota 22.1) leva em consideração a estrutura utilizada pela Administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles, e a relevância dessas informações. Os segmentos de negócios utilizados pela Administração são:

- Saúde Grupal
- Saúde Individual
- Automóvel
- Outros Ramos Elementares
- Pessoas

(3.15) DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações de valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, que no IFRS representam informação financeira adicional, e individuais, que no BRGAAP são mandatórias para as companhias abertas.

(3.16) CONTRATOS DE SEGURO

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas na Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08.

(3.17) USO DE ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de deferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão para Risco de Crédito (vide nota 9.2)
- Demais Créditos Tributários (vide nota 10.1.2)
- Ações Fiscais (vide nota 19.3)
- Benefícios a Empregados e Pós Emprego (vide nota 23)

(3.18) ALTERAÇÃO E TRANSIÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(3.18.1) ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 2010, visando o aprimoramento das práticas contábeis, a SulAmérica efetuou as seguintes principais alterações com seus respectivos ajustes retrospectivos:

(a) PROVISÃO COMPLEMENTAR DE PRÊMIO (PCP)

Do ponto de vista contábil, um passivo é resultante de um evento ou transação passada e somente deve ser reconhecido como um passivo exigível nas demonstrações financeiras quando atende ao conceito de uma obrigação presente. A PCP é constituída por algumas das controladas que atuam no segmento de seguros em atendimento às regras contábeis estabelecidas pela SUSEP e, por não atender ao conceito de obrigação presente, a referida provisão passou a ser revertida para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação.

(b) CONTRATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE

A controlada Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada "NOVA SULAMED", mantém contratos de administração de planos de saúde nos quais o risco técnico é assumido pelos seus clientes. Em obediência às normas contábeis estabelecidas pela ANS, os valores a pagar à rede referenciada (eventos indenizáveis) e os valores a receber dos clientes (contraprestações emitidas), com o objetivo de reembolso destes valores a pagar, são registrados em contrapartida, respectivamente, na despesa e receita.

Para fins de consolidação, os valores dos eventos indenizáveis (despesas) e das contraprestações emitidas (receitas) foram excluídos das contas de resultados mantendo-se apenas a remuneração pela administração dos contratos.

(c) DESPESAS E AJUSTES DE REGULAÇÃO DE SINISTROS NÃO ALOCADOS A PROVISÃO (ULAE)

Certas despesas diretamente relacionadas ao processo de regulação de sinistros, cujos valores variam de acordo com a frequência de sinistros, eram apresentadas como despesas administrativas e reconhecidas em momento distinto da ocorrência de sinistro. Tais despesas são conhecidas como ULAE. A partir de 01.01.2010, com ajustes retrospectivos a 2009, uma provisão passou a ser constituída mensalmente, com base em estimativas que representam as despesas relacionadas a atividade de regulação de sinistros ocorridos até a data do cálculo, tenham sido eles avisados ou não. A ULAE é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam no segmento de seguros e previdência, com metodologias distintas para os ramos de danos, pessoas e saúde, conforme descrito nas notas 3.1.1 item a e nota 3.7 item a.8.

A seguir estão apresentados os efeitos das alterações de práticas em 01.01.2009 e 31.12.2009:

• 01.01.2009

	01.01.2009		01.01.2009		01.01.2009
Ativo Circulante e realizável a Longo Prazo	463.924				

Consolidado			
	31.12.2009		
Passivo Circulante e Não Circulante	9.701.724	Ajustes	Ajustado
Contas a Pagar (3)	2.130.774	1.187	2.130.961
Débitos de Operações com Seguros, Resseguros e Previdência	445.781		445.781
Depósitos de Terceiros	59.255		59.255
Outras Ações Judiciais	60.000		60.000
Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros e Previdência (2)	6.558.463	(5.134)	6.553.329
Outros Passivos Contingentes e Outros Débitos	448.451		448.451
Participação de Acionistas não Controladores	249.191		249.191
Patrimônio Líquido	2.482.496	(98)	2.482.398
Total do Passivo	12.433.411		12.433.366
(1) Refere-se ao ajuste de contratos de administração de plano de saúde, de R\$ 3 (vide b) e o crédito tributário ativo sobre o ajuste de alteração de prática contábil de R\$1.256.			
(2) Refere-se ao ajuste de PCP de R\$2.930 (R\$5.301 no ativo e R\$8.231 no passivo – vide a) e ao ajuste de ULAE de R\$3.097 (vide c)			
(3) Valor de R\$ 1.187 referente ao crédito tributário passivo sobre os ajustes de alteração de prática contábil			
Os valores da coluna "Publicado" referem-se às demonstrações financeiras de 31.12.2009, publicadas em 26.02.2010			
(3.18.2) TRANSIÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL (BRGAAP) PARA AS PRÁTICAS ADOPTADAS DE ACORDO COM O INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS), CONFORME O CPC E APROVADOS PELA CVM			
Conforme mencionado na nota 2.1, essas demonstrações financeiras são as primeiras preparadas de acordo com as IFRS.			
As práticas contábeis descritas na nota 3 foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31.12.2009 e no balanço de abertura em IFRS em 01.01.2009 (data da transição).			
Ao longo do ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, com vigência para o ano de 2010, com vistas a harmonizar as práticas contábeis no Brasil (BRGAAP) com as internacionais (IFRS), alterando essas práticas contábeis a partir de 31.12.2009. Na elaboração das demonstrações financeiras de abertura em IFRS, a SulAmérica ajustou valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com a prática adotada até 31.12.2009, exceto pela adoção das exceções obrigatórias e opcionais de aplicação retrospectiva, transcritas na nota (3.18.2), conforme previsto nos CPC 37 – Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.			
A seguir, demonstramos o sumário das diferenças de práticas contábeis e as conciliações do Resultado e do Patrimônio Líquido com os ajustes decorrentes das diferenças dessas práticas contábeis do balanço de abertura do consolidado e da Companhia, nas datas de 01.01.2009 e 31.12.2009:			
(3.18.3) SUMÁRIO DAS DIFERENÇAS DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
(3.18.3.1) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E DA COMPANHIA EM 01.01.2009 E 31.12.2009			
A SulAmérica e a Companhia efetuaram ajustes referentes a adoção dos CPC 37 e 43, a seguir listados. Esses ajustes não representam as alterações de práticas contábeis efetuadas ao longo de 2009.			
• 01.01.2009			
	01.01.2009	Ajustes	Ajustado
Ativo Circulante	456.203		456.203
Disponível	156.088		156.088
Aplicações	214.536		214.536
Títulos e Créditos a Receber	83.506		83.506
Despesas Antecipadas, Outros Valores e Bens	2.073		2.073
Ativo Não Circulante	2.232.793		2.232.793
Realizável a Longo Prazo	7.721		7.721
Aplicações	9		9
Títulos e Créditos a Receber	2.511		2.511
Despesas Antecipadas, Outros Valores e Bens	5.201		5.201
Permanente	2.225.072		2.225.072
Investimentos	2.222.785		2.222.785
Intangível	2.287		2.287
Total do Ativo	2.688.996		2.688.996
	01.01.2009	Ajustes	Ajustado
Passivo Circulante	127.147		127.147
Contas a Pagar (1)	127.147	(5.195)	121.952
Passivo Não Circulante	270.681		270.681
Exigível a Longo Prazo	270.681		270.681
Contas a Pagar	270.681		270.681
Patrimônio Líquido (1)	2.291.168	5.195	2.296.363
Total do Passivo	2.688.996		2.688.996
(1) Referente a baixa da provisão dos dividendos a pagar, excedente aos 25% obrigatórios.			
	01.01.2009	Ajustes	Ajustado
Ativo Circulante	6.297.363		6.297.363
Disponível	511.994		511.994
Aplicações	3.507.331		3.507.331
Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência	1.472.466		1.472.466
Títulos e Créditos a Receber	275.332		275.332
Despesas Antecipadas, Ativos Mantidos para a Venda e Outros Valores e Bens	81.088		81.088
Despesas de Comercialização Diferidas	298.129		298.129
Despesas de Resseguros e Retrocessões	151.023		151.023
Ativo Não Circulante	4.587.443		4.587.443
Realizável a Longo Prazo	4.371.386		4.371.386
Aplicações	1.883.765		1.883.765
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	54.491		54.491
Títulos e Créditos a Receber	2.246.928		2.246.928
Despesas Antecipadas, Outros Valores e Bens	13.792		13.792
Despesas de Comercialização Diferidas	142.763		142.763
Despesas de Resseguros e Retrocessões	29.647		29.647
Permanente	216.057		216.057
Investimentos	10.144		10.144
Imobilizado	130.595		130.595
Intangível	75.318		75.318
Diferido	-		-
Total do Ativo	10.884.806		10.884.806
	01.01.2009	Ajustes	Ajustado
Passivo Circulante	4.651.069		4.651.069
Contas a Pagar (1)	556.649	(5.195)	551.454
Débitos de Operações com Seguros, Resseguros e Previdência	365.730		365.730
Depósitos de Terceiros	41.951		41.951
Outras Ações Judiciais	59.240		59.240
Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros	3.247.609		3.247.609
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	378.604		378.604
Outros Débitos	1.286		1.286
Passivo Não Circulante	3.721.240		3.721.240
Exigível a Longo Prazo	3.721.240		3.721.240
Contas a Pagar	1.334.591		1.334.591
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2.581		2.581
Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros	655.036		655.036
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	1.274.540		1.274.540
Outras Ações Judiciais e Outros Débitos	454.492		454.492
Patrimônio Líquido (1) e (2)	2.291.168	(221.329)	2.069.839
Total do Passivo	10.884.806	226.524	11.111.330
(1) Referente a baixa da provisão dos dividendos a pagar, excedente aos 25% obrigatórios.			
(2) Transferência da Participação de Acionistas Não Controladores para o Patrimônio Líquido.			
• 31.12.2009			
	31.12.2009	Ajustes	Ajustado
Ativo Circulante	433.181		433.181
Disponível	22.232		22.232
Aplicações	306.012		306.012
Títulos e Créditos a Receber	104.072		104.072
Despesas Antecipadas, Outros Valores e Bens	865		865
Ativo Não Circulante	2.552.829		2.552.829
Realizável a Longo Prazo	1.698		1.698
Aplicações	11		11
Títulos e Créditos a Receber	825		825
Despesas Antecipadas, Outros Valores e Bens	862		862
Permanente	2.551.131		2.551.131
Investimentos	2.545.936		2.545.936
Intangível	5.195		5.195
Total do Ativo	2.986.010		2.986.010
	31.12.2009	Ajustes	Ajustado
Passivo Circulante	214.279		214.279
Contas a Pagar (1)	214.279	(99.534)	114.745
Passivo Não Circulante	289.333		289.333
Exigível a Longo Prazo	289.333		289.333
Contas a Pagar	289.333		289.333
Patrimônio Líquido (1)	2.482.398	99.534	2.581.932
Total do Passivo	2.986.010		2.986.010
(1) Referente a baixa da provisão dos dividendos a pagar, excedente aos 25% obrigatórios.			
	31.12.2009	Ajustes	Ajustado
Ativo Circulante	7.696.347		7.696.347
Disponível	618.564		618.564
Aplicações	4.411.877		4.411.877
Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência	1.767.359		1.767.359
Títulos e Créditos a Receber	291.416		291.416
Despesas Antecipadas, Ativos Mantidos para a Venda e Outros Valores e Bens	132.845		132.845
Despesas de Comercialização Diferidas	370.834		370.834
Despesas de Resseguros e Retrocessões	103.452		103.452
Ativo Não Circulante	4.733.019		4.733.019
Realizável a Longo Prazo	4.542.829		4.542.829
Aplicações	1.887.634		1.887.634
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	98.757		98.757
Títulos e Créditos a Receber	2.352.485		2.352.485
Despesas Antecipadas, Outros Valores e Bens	15.808		15.808
Despesas de Comercialização Diferidas	140.909		140.909
Despesas de Resseguros e Retrocessões	47.236		47.236
Permanente	190.190		190.190
Investimentos	6.899		6.899
Imobilizado	75.216		75.216
Intangível	108.075		108.075
Diferido	-		-
Total do Ativo	12.429.366		12.429.366
	31.12.2009	Ajustes	Ajustado
Passivo Circulante	5.539.750		5.539.750
Contas a Pagar (1)	571.385	(99.534)	471.851
Débitos de Operações com Seguros, Resseguros e Previdência	424.075		424.075
Depósitos de Terceiros	59.255		59.255
Outras Ações Judiciais	60.000		60.000
Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros	3.892.976		3.892.976
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	431.118		431.118
Outros Débitos	941		941
Passivo Não Circulante	4.158.027		4.158.027
Exigível a Longo Prazo	4.158.027		4.158.027
Contas a Pagar	1.459.576		1.459.576
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	21.706		21.706
Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros	753.801		753.801
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	1.475.434		1.475.434
Outras Ações Judiciais e Outros Débitos	447.510		447.510
Participação de Acionistas não Controladores (2)	249.191	(249.191)	-
Patrimônio Líquido (1) e (2)	2.482.398	348.725	2.831.123
Total do Passivo	12.429.366		12.429.366
(1) Referente a baixa da provisão dos dividendos a pagar, excedente aos 25% obrigatórios.			
(2) Transferência da Participação de Acionistas Não Controladores para o Patrimônio Líquido.			
Os valores da coluna "Publicado" referem-se aos valores das demonstrações financeiras de 31.12.2009, publicados no ITR de março de 2010.			
(3.18.3.2) CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	01.01.2009	Ajustes	Ajustado
Descrição	31.12.2009		31.12.2009
Patrimônio Líquido em BRGAAP	2.285.638		2.285.638
Alterações de Práticas Contábeis (a)	5.330		(98)
Patrimônio Líquido em BRGAAP AJUSTADO	2.291.168		2.482.398
Efeitos da Transição para o IFRS			
Baixa na Provisão dos Dividendos que Excede ao Mínimo Obrigatório	5.195		99.534
Reclassificação da Conta de Participação de Acionistas Não Controladores para o Patrimônio Líquido	-		-
Total	5.195		99.534
Patrimônio Líquido em IFRS	2.296.363		2.581.932

Consolidado			
	01.01.2009		31.12.2009
Patrimônio Líquido em BRGAAP	2.285.638		2.482.496
Alterações de Práticas Contábeis (a)	5.330		(98)
Patrimônio Líquido em BRGAAP AJUSTADO	2.291.168		2.482.398
Efeitos da Transição para o IFRS			
Baixa na Provisão dos Dividendos que Excede ao Mínimo Obrigatório	5.195		99.534
Reclassificação da Conta de Participação de Acionistas Não Controladores para o Patrimônio Líquido	221.329		249.191
Total	2.517.692		2.831.123
(a) Vide nota 3.18.1			
(3.18.4.1) EXCEÇÕES OBRIGATORIAS E ISENÇÕES OPCIONAIS PELA APLICAÇÃO RETROSPECTIVA			
(3.18.4.1) EXCEÇÕES À APLICAÇÃO RETROSPECTIVA DE OUTRAS IFRS			
Os parágrafos 14 a 17 do apêndice B do CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade proíbe a aplicação retrospectiva de determinados aspectos de outras IFRS. Destacam-se as seguintes exceções:			
• desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros;			
• contabilidade de hedge (hedge accounting);			
• participação de não controladores;			
• uso de estimativas.			
Em relação ao item (a) não foram identificadas pela Administração transações ocorridas anteriormente e passíveis de desreconhecimento prospectivo nos termos do item B2 do apêndice B do CPC 37.			
Em relação ao item (b) a Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) nos padrões exigidos pelo CPC 38 desde o período anterior a data de transição e por isso manteve a contabilização do hedge de fluxo de caixa com base em documentação que formaliza a aplicação.			
Em relação ao item (c) os requerimentos relativos a apresentação das participações de acionistas não controladores foram aplicados retroativamente a data da transição nos termos requeridos pelos CPC 35 e 36 da seguinte forma:			
O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes foram atribuídos aos proprietários da controladora e aos não controladores.			
Em relação ao item (d), as estimativas utilizadas na data da transição são consistentes com as estimativas feitas para a mesma data na elaboração das demonstrações financeiras pelos critérios anteriores.			
As exceções à aplicação retrospectiva de outras IFRS foram aplicadas somente se os ativos financeiros apresentados na data da transição atendem as condições de classificação estabelecidas no CPC 38.			
(3.18.4.2) ISENÇÕES OPCIONAIS			
Nos termos do parágrafo 12 b e dos apêndices C e D do CPC 37, a aplicação retroativa de determinadas exigências de outras IFRS é opcional. Referem-se aos seguintes assuntos:			
• Combinação de Negócios;			
• Contratos de Seguro;			
• Custo Atribuído;			
• Benefícios a Empregados;			
• Ativos e Passivos de Controladas, Entidades Controladas em Conjunto e Coligadas;			
• Instrumentos Financeiros Compostos;			
• Passivos Decorrentes da Desativação incluídos no Custo de Ativos Imobilizados;			
• Ativos Financeiros ou Ativos Intangíveis contabilizados de acordo com a IFRIC 12 – Service Concession Arrangements (Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão).			
A SulAmérica optou pela isenção contida no apêndice C mantendo o registro segundo as práticas contábeis aplicáveis a aquisições de negócios anteriores a data de transição. A opção é justificada pelo fato de que a quase totalidade das aquisições ocorreram há mais de 10 anos e, os respectivos ativos já estarem totalmente amortizados.			
A SulAmérica não fez uso das demais isenções previstas.			
(3.19) NOVOS PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS			
Diversas normas, emendas as normas, interpretações e orientações do IFRS emitidas pelo IASB e pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício de 2010. Sendo elas:			
(3.19.1) CPC			
ICPC 06 – EXTINÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS COM INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS			
O CPC encerrou em 02.12.2010 a audiência pública referente a instrução supramencionada e deve emitir esta interpretação em 2011, que é referente ao IFRIC 19 – Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments, que entrou em vigor a partir de 01.07.2010 (inclusive).			
A SulAmérica avaliou a interpretação e entende que não há impacto em suas demonstrações financeiras mas aguarda a emissão da interpretação pelo CPC.			
(3.19.2) IASB			
IFRS 7 – DIVULGAÇÕES – TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS FINANCEIROS (DISCLOSURES – TRANSFERS OF FINANCIAL ASSETS)			
Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 7, contemplando divulgações adicionais que permitam ao usuário das demonstrações financeiras avaliar o risco de exposição referente à transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade, foi emitida pelo IASB e passará a vigorar a partir de 01.07.2011 (inclusive).			
IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (FINANCIAL INSTRUMENTS)			
Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e passará a vigorar a partir de 01.01.2013 (inclusive).			
IFRIC 14 – PAGAMENTOS ANTECIPADOS DE REQUERIMENTOS MÍNIMOS DE PROVIMENTOS DE FUNDOS (PREPAY			

(a) RISCO DE CRÉDITO

É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprir–nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

(a.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(i) Política de Investimentos

No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito (CoC). Estes limites são refletidos em Mandatos de Investimento, documento que formaliza a delegação de alçadas aos gestores. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área financeira.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito, segundo a modalidade de investimento, são os seguintes:

- Títulos Públicos Federais: até 100%;
- Títulos Públicos Estaduais e Municipais: 0%;
- Títulos de Emissão de Empresas Não-Financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de uma determinada empresa não-financeira;
- Títulos de Emissão de Instituições Financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido é estabelecido um limite de crédito para compra de papéis emitidos por instituições financeiras;
- Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC): é adotada uma metodologia baseada na análise da estrutura do fundo, avaliação dos recebíveis e dos limites de subordinação, estabelecendo também um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco.



Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos Mandatos de Investimentos deve ser aprovada pelo CoC.

O gráfico ao lado apresenta a distribuição dos investimentos por rating em 31.12.2010.

Aproximadamente 92% do total de aplicações financeiras estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

(a.2) OPERAÇÕES DE SEGURO

Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação.

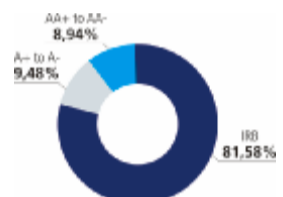
A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da provisão para risco de crédito, descrito na nota (9.2).

(a.3) OPERAÇÕES DE RESEGURO

Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por rating e limite de crédito por ressegurador.

A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer exceção a política ao que se refere a riscos de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão.

Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente é divulgado para o CoR uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ser colocada, conforme definido nas normas para colocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios.



Em 31.12.2010, as controladas que operam com o segmento de seguros registraram um total de aproximadamente R\$500 milhões relativos à exposição ao risco de crédito de resseguro concentrados em empresas com rating AA+ a A- e o IRB Brasil RE. O gráfico ao lado apresenta a distribuição da exposição por rating do ressegurador.

(b) RISCO DE MERCADO

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities, etc.), causada por fatores adversos.

Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Processo de gerenciamento de ativos e passivos (ALM – Asset and Liability Management) monitorado regularmente pelo ALCO (Asset and Liability Committee);
- Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos para cada uma das empresas controladas e a Companhia, onde são considerados os seguintes aspectos: perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez;
- Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros;
- Limites máximos de VaR (Value at Risk) e análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing";
- Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez;
- Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.

(b.1) O PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS NA ORGANIZAÇÃO (ALM)

A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SAMI. Apenas 1,22% do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI. Desde 2003, o gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo comitê, e seguindo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos adequados ao comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, dentre outros aspectos.

De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para a SulAmérica e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos de cada um dos negócios.

Desta forma, os limites e benchmarks estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros de descasamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras – (i) operacional, (ii) operacional e (iii) capital – de acordo com a sua natureza e objetivos.

Todas as três carteiras possuem:

- Benchmarks definidos individualmente;
- Revisão e rebalanceamento individual mensal e trimestral quando da reunião do ALCO;
- Diferentes prioridades de alocação;
- Políticas de investimentos individuais e
- Limites de risco individual.

As carteiras são definidas da seguinte forma:

(i) CARTEIRA DE LIQUIDEZ

O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos).

Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez.

(ii) CARTEIRA OPERACIONAL

O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à SUSEP e ANS, destinados a proteção dos passivos operacionais das controladas que operam com seguros.

Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos das controladas. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos pelas controladas que operam com seguros.

(iii) CARTEIRA DE CAPITAL

A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional. Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado.

(iv) ACOMPANHAMENTO DO ALM E RISCO DE MERCADO

Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos.

Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas no comitê, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo.



Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela SulAmérica, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.12.2010, contemplando as operações compromissadas e o contas a receber dos fundos de investimentos exclusivos, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas na rubrica Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Créditos a Receber, respectivamente:

(b.2) RISCO DA TAXA DE JUROS

A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (Value at Risk) Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como "Provável", "Possível" e "Remoto" e estão apresentadas na nota (6.3.2).

(b.3) RISCO CAMBIAL

A política não permite a exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser emitidas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras são feitos, em função dos contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras e dos empréstimos e financiamentos por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de swaps, com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado.

Os saldos ativos em dólares norte-americanos, em 31.12.2010, montam US\$106,667 mil (US\$115,781 mil em 31.12.2009) no consolidado e de US\$10,716 mil (US\$11,658 mil em 31.12.2009) na Companhia e os saldos passivos montam US\$107,350 mil (US\$111,646 mil em 31.12.2009) no consolidado e de US\$4,293 mil (US\$7,601 mil em 31.12.2009) na Companhia.

(b.4) RISCO DE RENDA VARIÁVEL

A SulAmérica não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas. A posição de renda variável está alocada na carteira de capital no valor de R\$52,9 milhões com Mandato de Investimento próprio.

(b.5) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota (5.3), item (b.1), é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo.

(b.6) RISCO DA INFLAÇÃO

Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros são indexados ao risco das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos a correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31.12.2010, as controladas que operam com seguros registraram aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos.

(b.7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, desde que pré-definidas e aprovadas pela Administração.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos nas controladas da atividade de seguros e previdência obedece as normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos para estas controladas.

As demais controladas que não estão sujeitas a estas determinações é permitido deter posições de investimentos que utilizem derivativos, podendo gerar exposição superior a uma vez o valor investido mediante a pré-aprovação do Comitê de Investimentos.

Os instrumentos financeiros derivativos - swaps e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimento exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros.

(c) RISCO DE SUBSCRIÇÃO

Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.

O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões.

(c.1) RISCO NA PROVISÃO E PRECIFICAÇÃO E O USO DE MODELOS INTERNOS

As controladas que operam com seguro dispõem de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para a controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de erro na constituição das provisões técnicas.

(c.2) RISCO DE SUBSCRIÇÃO, PRECIFICAÇÃO, DEFINIÇÃO DOS PRODUTOS, RETENÇÃO LÍQUIDA E RISCO MORAL

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, as controladas que operam com seguro realizam periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;
- Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes nas controladas que operam com seguro;
- Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;
- Precificação (pricing): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;
- Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas das controladas que operam com seguro.

(c.3) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS SINISTROS RETIDOS

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro Retido, por ramo de atuação, caso haja uma variação na sinistralidade em 1 ponto percentual para mais ou para menos nos últimos 12 meses da base de dados do cálculo:

Ramo de Atuação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	R\$Milhões	Total
(Classe de Negócios)								
AUTO								18.428
RIC								3.299
SAÚDE								52.794
VIDA								3.986
Total								78.508

(c.4) RISCO NA PROVISÃO

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade das controladas que operam com seguros.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão devido ao risco de desvio na qualidade e / ou valor médio dos sinistros ocorridos, as controladas que operam com seguro possuem os seguintes procedimentos:

- Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões: Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente;
- Recálculo das provisões técnicas: Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente;
- Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas: Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas das controladas que operam com seguros. A seguir, a tabela que reflete a evolução da reserva de sinistro nos últimos cinco exercícios:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	R\$Milhões	Total
Reserva de sinistros contabilizada	796,23	819,23	878,22	970,21	1.102,06	1.265,88		5.831,83
Efeito do desconto financeiro	17,08	15,91	16,67	21,51	21,40	28,02		120,59
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	813,30	835,14	894,90	991,72	1.123,45	1.293,90		5.952,41
Estimativa de sinistros acumulada:								
No final do ano.....	813,30	835,14	894,90	991,72	1.123,45	1.293,90		
Um ano depois.....	804,93	800,13	872,70	1.033,66	1.148,84	-		
Dois anos depois.....	809,62	809,65	867,89	1.030,25	-	-		
Três anos depois.....	818,56	803,92	873,75	-	-	-		
Quatro anos depois.....	813,15	813,67	-	-	-	-		
Cinco anos depois.....	822,89	-	-	-	-	-		
Estimativa de sinistros acumulada até 2010	822,89	813,67	873,75	1.030,25	1.148,84	1.293,90		5.983,30
Pagamentos acumulados até 2010	813,51	799,05	855,88	995,35	1.067,97	-		4.531,76
Responsabilidade reconhecida em 2010	9,38	5,24	2,58	16,44	42,82	1.217,45		1.293,91
Desconto financeiro reconhecido em 2010	(0,31)	(0,36)	(0,67)	(1,50)	(4,00)	(21,18)		(28,02)
Impacto na reserva de 2010 de anos anteriores								5,50%

Esta tabela apresenta os sinistros líquidos de resseguro e não considera os sinistros referentes ao DPVAT, os judiciais e também não leva em conta a parte de retrocessões.

(c.5) CAPITAL REQUERIDO

Através de resoluções específicas, a SUSEP vem definindo novas regras para apuração do capital mínimo regulatório para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras. As novas normas complementam a antiga regra de margem de solvência, que definia um montante a ser apurado pelo maior valor entre 20% do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos doze meses e 33% da média

(6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(6.1) HEDGE

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são negociadas e registradas por meio da BM&FBOVESPA ou mercado de balcão organizado. Para as controladas de atividade de seguros e previdência, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, seja através de contratos futuros ou swaps, podendo ser mantidos através de fundos de investimento exclusivos, tem por finalidade única a proteção das variações cambiais e flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a SULASEG também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Ibovespa, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada controlada, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. Apesar de não ensejarem variações no resultado da SULASEG, apresentamos na nota 6.4 a totalidade dos instrumentos financeiros derivativos destes fundos.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

(6.2) HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

A Companhia, com o intuito de administrar a exposição à variação cambial do montante de US\$130,000,000 de principal das *Senior Notes*, emitidas em fevereiro de 2007, com vencimento em fevereiro de 2012, mantém operação de swap junto a União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), registrado na CETIP (vide nota 17).

A Companhia registra este instrumento derivativo avaliado pela metodologia de contabilização de operações de hedge de fluxo de caixa, com o total das valorizações ou desvalorizações, líquido de seus correspondentes efeitos tributários, reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido. A efetividade deste hedge está inserida na margem entre 80% e 125%.

O valor justo é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rentabilidade. As informações para construir as curvas de rentabilidade são obtidas, principalmente, através das cotações disponíveis na BM&FBOVESPA sendo as mais relevantes a taxa do cupom sujo cambial e a taxa pré do período da database das demonstrações financeiras até a data de vencimento da operação, além da cotação do dólar de venda (PTAX 800) em 31.12.2010 e de 31.12.2009, disponibilizada pelo Sistema de Informações Banco Central (SISBACEN).

(6.3) QUADRO RESUMO DAS EXPOSIÇÕES EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da SulAmérica estão demonstrados a seguir:

Descrição	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Efeito em 2010		Companhia
	2010	2009	2010	2009	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar / pago	
Contratos Futuros							
Compromisso de compra							
Taxa de Juros em Reais	-	300	-	240	-	-	
Compromisso de venda							
Moeda Estrangeira	-	5.786	-	5.786	-	-	
Contratos de Swaps							
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira	216.606	226.356	208.192	212.858	-	-	
Posição Passiva							
Taxa de Juros em Reais	266.645	253.030	254.755	232.232	-	-	46.562

Descrição	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Efeito em 2010		Companhia
	2010	2009	2010	2009	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar / pago	
Contratos Futuros							
Compromisso de Compra							
Taxa de Juros em Reais	177.251	107.300	173.622	90.488	5.287	5.244	
Moeda Estrangeira	18.042	-	18.042	-	108	491	
Índices	701	-	701	-	62	143	
Compromisso de Venda							
Taxa de Juros em Reais	128.992	-	128.984	-	3.021	3.479	
Moeda Estrangeira	5.280	5.786	5.279	5.786	110	84	
Índices	12.889	-	12.889	-	364	572	
Contratos de Swaps							
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira	225.514	226.356	217.101	212.858	6	40	
Posição Passiva							
Taxa de Juros em Reais	266.645	253.031	254.755	232.232	-	-	46.562
Moeda Estrangeira	8.942	-	8.942	-	-	-	
Contratos de Opções							
Posição Titular- Compra							
Índices	4.840	-	101	-	-	138	
Ações	18.585	-	675	-	-	1.348	
Posição Titular- Venda							
Índices	864	-	14	-	31	-	
Ações	10.861	-	843	-	1.295	-	
Posição Lançadora- Compra							
Ações	9.596	-	353	-	-	682	
Posição Lançadora- Venda							
Ações	2.840	-	178	-	890	-	

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(6.3.1) MARGENS DADAS EM GARANTIA

Em 31.12.2010, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros, swap e opções mantidos em fundos de investimentos exclusivos classificados como Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT.....	dezembro-2011	315	1.416
LFT.....	março-2012	20	90
LFT.....	setembro-2012	35	157
LFT.....	março-2013	141	633
LFT.....	junho-2013	1.545	6.935
LFT.....	setembro-2013	1.035	4.645
Total		3.091	13.876

Não há exigência de margem de garantia para o contrato de swap referente ao principal das *Senior Notes*.

(6.3.2) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À EXPOSIÇÃO EM DERIVATIVOS

A análise de sensibilidade tem por objetivo ilustrar mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da SulAmérica. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados, revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31.12.2010. Apesar da revisão regular das estimativas e premissas utilizadas, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição demonstrada. Foi considerado como "provável" o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários "possível" e "remoto" foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerados os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo circulante, e na rubrica Títulos e Créditos a Receber, no ativo circulante.

(7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Companhia		2010	Companhia
	2009	2010		
Caixa.....	-	-	67	29
Contas Bancárias.....	173	173	21.637	59.913
Equivalentes de caixa (a).....	22.059	22.059	571.774	558.622
Total	26.695	22.232	593.478	618.564
Circulante	26.695	22.232	593.478	618.564

(a) São consideradas "equivalentes de caixa" as Aplicações no Mercado Aberto com lastro em títulos públicos, liquidez diária e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(8) APLICAÇÕES

Descrição	Companhia		2010	Companhia
	2009	2010		
Títulos de Renda Fixa- Privados	73.662	73.662	306.012	306.012
Fundos de Investimento Exclusivo.....	56.248	56.248	283.713	283.713
Certificados de Depósito Bancário.....	17.414	17.414	21.703	21.703
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos.....	-	-	596	596
Títulos de Renda Fixa- Públicos	69.834	69.834	-	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	143.496	143.496	306.012	306.012
Subtotal	143.496	143.496	306.012	306.012
Total	143.496	143.496	306.012	306.012
Circulante	143.496	143.496	306.012	306.012

Uma parcela dos títulos e valores mobiliários no ativo não circulante do consolidado está registrada no grupo de Outras Aplicações que contempla, também, Incentivos Fiscais, Depósitos e Fundos diversos vinculados ao IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas respectivas Provisões para Desvalorização. O saldo em 31.12.2010 é de R\$10 (R\$11 em 2009) na Companhia e de R\$5.9

(b) COBRANÇA RETROATIVA DE PRÊMIOS DE SAÚDE INDIVIDUAL

Em 20.12.2004, a controlada CIA SAÚDE firmou o Termo de Compromisso nº 002/2004 com a ANS, com a intervenção da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, em que foram estabelecidos, entre outros, a metodologia e o compromisso de o cálculo e reajuste dos prêmios da carteira representada pelos contratos de Seguro Saúde Individual emitidos até 01.01.1999 e não adaptados à Lei nº 9.656/1998, com o objetivo de restabelecer os seus respectivos equilíbrios econômico e financeiro. Em linha com o referido Termo, a ANS autorizou, em 16.06.2005, o reajuste dos prêmios dos referidos contratos em 26,10%, a partir de 01.07.2005.

Em julho de 2005, a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON) de Feira de Santana ajuizou Ação Civil Pública perante a 1ª Vara Especializada de Defesa do Consumidor de Salvador – BA, para que a controlada se abstinisse de cobrar dos consumidores com os quais tenha celebrado contrato antes da vigência da Lei nº 9.656/1998, qualquer valor em patamar superior a 11,69%, relativo ao reajuste de 2005. Em 21.07.2005 foi proferida decisão liminar limitando o reajuste desse período em 11,69%.

Em 01.10.2009, a 2ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Salvador-BA, antiga 1ª Vara Especializada de Defesa do Consumidor de Salvador – BA, declinou de sua competência e remeteu os autos para a 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 30.11.2009, a 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, processo nº 2009.51.01.025042-7, revogou a liminar que impedia a aplicação de aumento superior a 11,69% fixado pela Lei, aplicável aos contratos posteriores à Lei nº 9.656/1998.

Em dezembro de 2009, a CIA SAÚDE recompôs o prêmio, aplicando o ajuste de 12,9%, bem como encaminhou correspondência aos segurados esclarecendo o ocorrido. Em janeiro de 2010, nova correspondência foi encaminhada informando o saldo retroativo devido em razão da revogação da liminar.

Em 09.03.2010, a CIA SAÚDE firmou um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com as instituições de Defensoria Pública do Estado da Bahia, Defensoria Pública da União, PROCON – Feira de Santana e Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – Salvador, disponibilizando aos segurados, através do seu atendimento especializado (Call Center), as seguintes formas de pagamento do saldo retroativo informado: 1) 40% de desconto para pagamento à vista; 2) 30% de desconto para pagamento em 02 parcelas; 3) 10% de desconto para pagamento em 06 parcelas; 4) 5% de desconto para pagamento em 12 parcelas; e 5) 24 parcelas sem desconto.

O prazo concedido para realização da opção de pagamento encerrou-se em 30.03.2010, sendo que de acordo com o teor do compromisso firmado no TAC, aos segurados que não se manifestaram, o valor total em aberto deveria ser automaticamente exigido e parcelado em 12 vezes com 5% de desconto, e o vencimento da primeira parcela ocorreria em abril de 2010.

Todavia em abril de 2010, a Justiça Federal do Rio de Janeiro concedeu liminar a Defensoria da União do Rio de Janeiro e de Salvador, autoras de nova medida judicial contra a cobrança do saldo retroativo contra os segurados do Estado da Bahia, impedindo a CIA SAÚDE de exigir o pagamento do saldo retroativo, portanto impedindo a exigência dos acordos firmados com os segurados da Bahia firmado até aquele momento. Por outro lado, a decisão liminar da Justiça Federal do Rio de Janeiro manteve a recomposição do prêmio mensal em 12,9%, ficando este direito assegurado a CIA SAÚDE sendo certo de que os prêmios reajustados estão vigindo naturalmente desde janeiro do corrente ano.

O montante dos prêmios a receber em 31.12.2010, correspondentes a esse diferencial, registrado na rubrica Prêmios de Seguros é de R\$13.051, líquido de IOF. Para fazer face à inadimplência esperada dos prêmios retroativos foi constituída uma provisão no montante de R\$4.586, estimada com base no histórico de recebimento observado em situações semelhantes em que houve cobrança retroativa de prêmios.

(9.1) PRÊMIOS A RECEBER POR VENCIMENTO

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2010	2009
Aging – Prêmios a receber		
Vencidos	303.439	240.573
A vencer entre 1 e 30 dias	200.589	391.244
A vencer entre 31 e 60 dias	123.518	209.911
A vencer entre 61 e 180 dias	150.272	365.292
A vencer entre 181 e 365 dias	23.238	56.003
A vencer acima de 365 dias	20.627	37.306
Total	821.683	1.300.329

(9.2) PROVISÃO PARA RISCOS DE CRÉDITO

A provisão para riscos de crédito é constituída com base nos prêmios, vencidos e a vencer de risco decorrido, líquidos de comissão, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais e a análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (rating) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação dos prêmios vencidos.

Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32, 60 e 90 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro.

Em 31.12.2010, a provisão para riscos de crédito no ativo circulante é de R\$68.483 (R\$44.136 em 2009).

(10) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E TRIBUTOS DIFERIDOS

(10.1) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2010	Companhia	2010	Consolidado
		2009	2010	2009
Circulante				
Impostos a Compensar/Recuperar (10.1.1)	24.806	18.516	88.759	65.093
Créditos Tributários e Previdenciários	24.806	18.516	88.759	65.093
Não Circulante				
Créditos Tributários e Previdenciários – Prejuízo Fiscal e Base Negativa (10.1.2)	9.924	11.278	131.160	181.633
Créditos Tributários – Diferenças Temporárias (10.1.2)	14.544	8.779	528.556	549.786
Créditos Tributários – PIS / COFINS (10.1.2)	–	–	71.286	65.639
Impostos a Compensar/Recuperar (10.1.1)	–	–	5.043	19.874
Créditos Tributários e Previdenciários	14.544	8.779	604.885	635.299

(10.1.1) IMPOSTOS A COMPENSAR/RECUPERAR

O saldo é composto, basicamente, por Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de R\$16.048 (R\$17.505 em 2009) na Companhia e, no consolidado, por IRPJ de R\$68.963 (R\$43.229 em 2009), INSS de R\$2.370 (R\$13.482 em 2009), Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R\$11.687 (R\$6.451 em 2009) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de R\$8.007 (R\$16.992 em 2009).

(10.1.2) DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	2010	Companhia	2010	Consolidado
		2009	2010	2009
Prejuízos fiscais a compensar	22.157	26.139	308.210	400.431
Aliquota	25%	25%	25%	25%
(1) Créditos Tributários de Imposto de Renda – Prejuízos Fiscais	5.539	6.535	77.053	100.108
Provisões para ações fiscais, para perdas e obrigações fiscais	40.422	23.487	1.143.245	1.215.240
Ágio em investimentos	3.169	3.169	311.233	375.566
Outros	20	–	118.977	108.976
Base de Cálculo	43.611	26.656	1.573.455	1.699.782
Aliquota	25%	25%	25%	25%
(2) Créditos Tributários de Imposto de Renda – Diferenças Temporárias	10.903	6.664	393.364	424.946
(3) = (1) + (2) Total dos Créditos Tributários – Imposto de Renda	16.442	13.199	470.417	525.054
Base negativa de contribuição social	48.724	52.706	435.226	637.277
Aliquota	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
(4) Créditos Tributários de Contribuição Social – Bases Negativas	4.385	4.744	54.107	81.525
Provisões para ações fiscais, para perdas e obrigações fiscais	40.434	23.499	804.940	739.393
Ágio em investimentos	20	–	19.219	20.811
Outros	–	–	113.778	92.439
Base de Cálculo	40.454	23.499	937.937	852.643
Aliquota	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
(5) Créditos Tributários de Contribuição Social – Diferenças Temporárias	3.641	2.115	135.192	123.779
(6) = (4) + (5) Total dos Créditos Tributários – Contribuição Social	8.026	6.859	189.299	205.304
(7) = (3) + (6) Total dos Créditos Tributários	24.468	20.058	659.716	730.358
Provisão para riscos de crédito (a)	(24.468)	(20.058)	(142.964)	(168.095)
(8) Subtotal (b)	–	–	516.752	562.263
(9) Créditos Tributários – PIS/COFINS (c)	–	–	71.286	65.639
(10) Ágio – Incorporação	–	–	–	1.061
(8) + (9) + (10) Total dos Créditos Tributários – Líquidos	–	–	588.038	628.963
Não Circulante	–	–	588.038	628.963

(a) A provisão para riscos de perdas de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social foi estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias. Na linha provisão para riscos de crédito, estão registradas, além da provisão mencionada, outras provisões de contas a receber;

(b) As estimativas da Administração da SulAmérica quanto à realização dos seus créditos tributários estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 a 10 anos. Em 31.12.2010, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Companhia	Imposto de Renda	Consolidado
		Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
2010	–	–	18%	27%
2011	–	–	13%	9%
2012	–	–	15%	12%
2013	–	–	16%	12%
2014	–	–	17%	13%
2015 a 2016	–	–	20%	27%
2017 a 2019	–	–	1%	0%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração das sociedades, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

(c) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social – PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.

Em 31.12.2010, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Companhia	Imposto de Renda	Consolidado
		Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
1994	–	4.619	–	4.619
1995	–	–	–	–
1996	–	–	–	–
1997	–	–	–	–
1998	–	–	–	10.404
1999	–	852	–	1.029
2000	–	1.599	–	1.599
2001	–	11.305	6.901	20.276
2002	–	–	48.147	63.028
2003	–	2.616	10	2.744
2004	–	–	84.917	99.796
2005	–	–	82.565	131.413
2006	–	–	55.411	56.086
2007	22.157	26.767	25.469	27.702
2008	–	966	525	1.492
2009	–	–	4.265	14.941
2010	–	–	–	97
Saldos a Compensar em 2010	22.157	48.724	308.210	435.226

(10.2) TRIBUTOS DIFERIDOS

	2010	Companhia	2010	Consolidado
		2009	2010	2009
Atualização monetária de depósitos judiciais (a)	–	–	264.562	247.830
Ajuste a valor de mercado	3.502	28.360	14.330	38.903
Outros	–	–	36.333	–
Base de Cálculo	3.502	28.360	315.225	295.095
Aliquota	25%	25%	25%	25%
(1) Tributos Diferidos – Imposto de Renda	876	7.090	78.806	73.774
Atualização monetária de depósitos judiciais (a)	–	–	264.562	247.830
Ajuste a valor de mercado	3.502	28.360	14.330	38.903
Outros	–	–	25.271	3.739
Base de Cálculo	3.502	28.360	304.163	290.472
Aliquota	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
(2) Tributos Diferidos – Contribuição Social	315	2.552	45.379	41.869
(3) = (1)+(2) Total dos Tributos Diferidos	1.191	9.642	124.185	115.643
Circulante	–	–	–	255
Não Circulante	1.191	9.642	124.185	115.388

(a) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ) e CSLL que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso.

(11) PERMANENTE

(11.1) PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Sul América	Companhia	Saepar Serviços e	Sul América	Companhia
	Nacional de Seguros	Participações S.A.	Participações S.A.	de Seguro Saúde	de Seguro Saúde
Percentual de Participação no Capital Social	24,45%	100,00%	34,94%	–	–
Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas	100	3.540	20.417.758	–	–
Quantidade de Ações Preferenciais Possuídas	–	–	5.090.210	–	–
Ativo	5.535.313	2.063.377	2.715.797	–	–
Passivo Circulante e Não Circulante	3.425.175	203.264	821.312	–	–
Capital Social	878.134	857.772	833.134	–	–
Patrimônio Líquido	2.110.138	1.860.113	1.894.485	–	–
Lucro Líquido do Período	463.595	417.198	368.546	–	–
Equivalência Patrimonial	113.349	417.198	128.774	–	–
Valor Contábil do Investimento	515.829	1.860.113	661.952	–	–
Saldos em 2010	515.829	1.860.113	661.952	3.037.894	3.037.894
Saldos em 2009	431.526	1.544.866	569.544	2.545.936	2.545.936

(12) DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS – OPERAÇÕES COM RESSEGUROADORAS

	2010	Companhia	2010	Consolidado
		2009	2010	2009
Riscos Nomeados e Operacionais	40.614	–	33.787	33.787
Riscos de Engenharia	29.221	–	48.750	48.750
Incêndio Tradicional	21.415	–	3.850	3.850
Compreensivo Empresarial	19.639	–	19.511	19.511
Marítimos	10.424	–	3.148	3.148
Compreensivo Condomínio	7.071	–	7.355	7.355
Responsabilidade Civil – Geral	6.237	–	1.692	1.692
Aeronáuticos	6.110	–	5.414	5.414
Riscos Diversos	5.840	–	4.265	4.265
Vida em Grupo	3.956	–	2.483	2.483
Transporte Internacional	2.163	–	3.587	3.587
Responsabilidade Civil – Administradores e Diretores	657	–	1.347	1.347
Garantia Financeira	540	–	1.087	1.087
Transporte Nacional	427	–	1.131	1.131
Outros	5.284	–	8.323	8.323
Total	159.598	–	145.730	145.730
Circulante	159.598	–	159.598	159.598

(13) DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2010	Consolidado
Cobrança Antecipada de Prêmios – Seguros	29.573	26.031
Prêmios e Emolumentos Recebidos – Seguros e Co-seguros Aceitos	34.185	33.224
Total	63.758 </	

Controladora	Contas a receber	Contas a pagar	Receitas	Despesas	Consolidado		
					Dividendos recebidos/a receber	Dividendos pagos/a pagar	Juros sobre capital próprio recebidos/a receber
Sul América Capitalização S.A. -							
SULACAP (d) (g) (h)	Sulasa Participações S.A.	395	(21)	4.282	-	-	-
Sulaspar Participações S.A.	Sulasa Participações S.A.	62	-	80	-	(114.419)	-
ING Insurance Internacional BV	ING Verzekering N.V.	-	-	-	-	(73.619)	-
Gouvêa Vieira Advocacia (e)	Outros	-	-	(182)	-	-	-
Escritório de Advocacia							
Gouvêa Vieira (e)	Outros	-	-	(3.608)	-	-	-
J.H. Gouvêa Vieira Escritório de Advocacia (e)	Outros	-	-	(7.727)	-	-	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas							
		-	-	7.596	(2.712)	(158.185)	(17)
Saldos em 2010	457	(21)	4.362	(11.517)	-	(346.223)	(17)
Saldos em 2009	136	(1.964)	196	(11.530)	-	(354.804)	(428)

As contas a receber/a pagar e as receitas/despesas referem-se, principalmente, a:

(d) Recuperação de despesas decorrentes da utilização compartilhada dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio e é liquidado mensalmente;

(e) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente ou quando do encerramento do processo;

(f) Valor referente ao rateio do aluguel do prédio da matriz da SulAmérica;

(g) Prêmios de seguro saúde com a BRASILSAÚDE;

(h) Despesas relativas à gestão de ativos financeiros correspondentes a uma taxa de administração sobre o patrimônio líquido da carteira e taxa de performance sobre o que exceder o parâmetro de referência, liquidadas mensalmente e semestralmente.

(16.2) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Contas (a pagar)	Companhia (Despesas)	Contas (a pagar)	Consolidado (Despesas)
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	(1.740)	(2.239)	(43.132)	(64.332)
Benefícios pós-emprego	-	-	(9.343)	(8.007)
Remuneração baseada em ações (a)	-	(5.162)	-	(5.162)
Saldos em 2010	(1.740)	(7.401)	(52.475)	(77.501)
Saldos em 2009	(1.743)	(6.151)	(49.509)	(82.223)

(a) PLANO GERAL DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA

Em 31.03.2008, a Assembleia Geral da Sul América S.A. aprovou o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano Geral"). A administração do Plano Geral compete ao Conselho de Administração que poderá adotar periodicamente Programas de Opção de Compra de *units* ("Programas") e delegar funções ao Comitê de Remuneração relativas à administração dos Programas. No âmbito do Plano Geral, o Conselho de Administração aprovou os Programas para os anos de 2008, 2009 e 2010, tendo o Comitê de Remuneração, conforme delegado pelo Conselho de Administração, definido os beneficiários dos Programas dentre os membros da Diretoria da SulAmérica, assim como as quantidades de *units* a que fariam jus.

Os beneficiários dos Programas de 2008, 2009 e de 2010 adquirem, a partir do término do primeiro, segundo e terceiro ano, contados da data de assinatura de cada Contrato de Opção de Compra de *units* ("Contrato de Opção"), direito ao exercício das opções à razão de 1/3 ao ano, do total outorgado em cada Contrato de Opção, observado o prazo máximo de cinco anos da data de assinatura destes contratos.

Em decorrência do desdobramento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.07.2010, no qual cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie, inclusive as ações representadas por *units*, tornou-se necessário o ajuste no número de *units* e no preço referente às parcelas não exercidas das opções de compra outorgadas, observando a mesma proporção do desdobramento.

As movimentações ocorridas no saldo de opções estão resumidas a seguir:

	Opções de Units (quantidade)	Preço Médio Ponderado de Exercício (em reais)
Saldo de Opções em aberto em 31.12.2009	1.668.014	21,72
Opções outorgadas de 01.01.2010 até 28.07.2010	647.323	47,69
Opções exercidas de 01.01.2010 até 28.07.2010	(469.909)	22,14
Opções canceladas de 01.01.2010 até 28.07.2010	(174.750)	28,66
Saldo de Opções em aberto em 28.07.2010	1.670.678	30,94
Saldo de Opções em aberto em 29.07.2010 após o desdobramento de ações realizado na proporção de 3:1	5.012.034	10,31
Opções outorgadas de 29.07.2010 até 31.12.2010	49.108	17,17
Opções exercidas de 29.07.2010 até 31.12.2010	(204.274)	7,51
Opções canceladas de 29.07.2010 até 31.12.2010	(131.532)	11,96
Saldo de opções exercíveis em 31.12.2010	289.511	7,65
Saldo de Opções em aberto em 31.12.2010	4.725.336	10,46

Os valores mínimos e máximos de preço de exercício das opções em aberto em 31.12.2010 são de R\$6,71 e R\$18,90, respectivamente. O prazo contratual médio remanescente ponderado é 3,5 anos.

A média ponderada do valor justo das opções de compra emitidas, líquidas de cancelamento, é de R\$2,30 e foi mensurada usando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*, considerando as seguintes premissas:

- Volatilidade média esperada de 42,8%;
- Prazo de vida da opção de 3 anos, sendo o direito sobre as opções adquirido 1/3 a cada um dos três anos;
- Dividendo médio esperado de 4,6%;
- Taxa de juros livre de risco média de 11,3%.

A despesa de remuneração proveniente do plano geral, para o exercício findo em 31.12.2010, tomando-se o valor justo da opção na data de assinatura de cada contrato de opção, é de R\$5.162, registrada na rubrica Despesas Administrativas em contrapartida à rubrica Reserva de Capital - Opções Outorgadas Reconhecidas. Respeitados os termos do plano Geral, o Conselho de Administração poderá lançar outros programas dentro do limite de 4% do total de ações de emissão da Companhia existentes na data do respectivo programa, acrescidas das *units* que teriam sido emitidas caso todas as opções concedidas nos termos do plano geral tivessem sido exercidas.

(17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Companhia e Consolidado	
	2010	2009
	Valor	Ajuste a Valor Justo
Senior Notes - Vencimento em 15.02.2012	223.755	-
Diferencial Swap a Pagar - Vencimento em 14.02.2012	102.440	(3.477)
Saldo a Pagar	326.195	(3.477)
Custos de Transação	(1.746)	(1.746)
Total	324.449	(3.477)
Circulante	5.591	-
Não Circulante	318.858	(3.477)

Em fevereiro de 2007, a Companhia emitiu *Senior Notes* com o aval da sua controlada Nova Saepar, no montante equivalente a US\$200.000,000 sujeito a juros de 8,625% a.a. e vencimento em 15.02.2012. O saldo a pagar, na data das demonstrações financeiras, líquido de amortizações, equivale a US\$ 130.000,000 (R\$216.606 em 31.12.2010), acrescido de juros do período (R\$7.149 em 31.12.2010).

Para proteção contra oscilações cambiais, a Administração contratou uma operação de *swap* de igual montante (vide nota 6.2), repactuada em 02.04.2008 com ponta ativa em US\$ e ponta passiva indexada ao CDI, deduzida de 3,967% a.a., equivalente em 31.12.2009 a 54% e em 31.12.2010 a 62,8% do CDI, que vigorará até o vencimento das *Senior Notes*. O saldo a pagar do *swap* em 31.12.2010 é de R\$46.562, conforme demonstrado na nota (6.3) e a repactuação indexada a 100% do CDI é de R\$52.401, totalizando R\$98.963.

(18) COMPROMISSOS E ÔNUS A LIQUIDAR

(18.1) IMÓVEIS COM GRAVAME

Determinadas controladas que operam com seguros registram como imobilizado certas propriedades que foram dadas em garantia, por decisão judicial, devido a ações cíveis relativas a sinistros. O valor contábil dessas propriedades, líquido de depreciação, era de R\$1.996 em 31.12.2010 (R\$2.204 em 2009).

(18.2) OUTROS CRÉDITOS

A rubrica Outros Créditos no ativo circulante contempla basicamente recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$25 (R\$95 em 2009) na Companhia e R\$108.919 (R\$112.263 em 2009) no consolidado.

(18.3) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Determinadas controladas possuem bens vinculados à SUSEP e à ANS, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 15.

(18.4) CONTRATO DE ALUGUEL SEDE RIO DE JANEIRO

Em 17.12.2007, a SALIC celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18.04.2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a SALIC se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31.12.2010 corresponde a R\$17.541. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da SALIC e o locador rescindir unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato.

(19) DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Companhia	
	2010	2009
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras Ações Judiciais
Fiscais:		
Imposto de Renda	945	-
Outros	10	26
Total	955	940
Não Circulante	955	940

	Companhia	
	2009	2009
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras Ações Judiciais
Fiscais:		
Imposto de Renda	773	-
Outros	52	5
Total	825	752
Não Circulante	825	752

	Companhia	
	2010	2010
	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais
Fiscais:		
COFINS	288.867	-
PIS	230.359	-
INSS	569.088	194.753
Contribuição Social	137.650	2.361
Imposto de Renda	84.965	2.195
Outros	60.565	24.327
Trabalhistas e Cíveis:		
Ações Trabalhistas	35.860	-
Ações Cíveis	111.375	236.304
DPVAT	1.083	3.608
Outros	-	436
Total	1.519.812	502.021
Circulante	-	46.622
Não Circulante	1.519.812	455.399

	Companhia	
	2010	2009
	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais
Fiscais:		
COFINS	466.218	-
PIS	229.371	-
INSS	522.036	130.609
Contribuição Social	101.765	2.350
Imposto de Renda	88.687	140
Outros	59.220	24.574
Trabalhistas e Cíveis:		
Ações Trabalhistas	39.368	40.470
Ações Cíveis	147.498	305.196
DPVAT	1.019	1.020
Outros	-	666
Total	1.655.182	505.025
Circulante	-	60.000
Não Circulante	1.655.182	445.025

(19.1) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZAS CÍVEL, TRABALHISTA, FISCAL E DPVAT

A Companhia e determinadas controladas possuem as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	Companhia	
	2010	2010
	Quantidade	Valor em Risco
Fiscais		
Provável	1	914
Possível	2	69
Remota	1	296
Total	4	1.279

	Companhia	
	2009	2009
	Quantidade	Valor em Risco
Fiscais		
Provável	1	720
Possível	2	43
Remota	5	433
Total	8	1.196

	Companhia	
	2010	2010
	Quantidade	Valor em Risco
I - Cíveis e DPVAT		
Provável	6.492	212.673
Possível	4.653	191.591
Remota	847	122.237
Total	11.992	526.501

	Companhia	
	2009	2009
	Quantidade	Valor em Risco
II - Trabalhistas		
Provável	380	56.324
Possível	202	60.851
Remota	168	131.309
Total	750	248.484

	Companhia	
	2009	2009
	Quantidade	Valor em Risco
III - Fiscais		
Provável	153	602.177
Possível	270	452.499
Remota	256	850.125
Total	679	1.904.801

	Companhia	
	2009	2009
	Quantidade	Valor em Risco
I - Cíveis e DPVAT		
Provável	8.175	256.404
Possível	12.069	599.811
Remota	1.484	130.814
Total	21.728	987.029

	Companhia	
	2009	2009
	Quantidade	Valor em Risco
II - Trabalhistas		
Provável	497	54.412
Possível	315	70.662
Remota	104	142.533
Total	916	267.607

	Companhia	
	2009	2009
	Quantidade	Valor em Risco
III - Fiscais		
Provável	142	572.933
Possível	242	476.008
Remota	243	816.332
Total	627	1.865.273

(19.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES

	Companhia	
	2010	2010
	Saldos em 2009	Atualização Monetária (Pagamentos)/ (Baixas)
Cíveis	305.196	78.476
Tributárias	-	-
PIS	174.436	1.541
COFINS	479.888	12.677
Imposto de renda	84.832	17.557
Contribuição social	102.203	49.598
Demais	87.051	10.181
Previdenciárias:		
INSS	131.613	55.282

(a) Os valores na coluna de (pagamentos / baixas) contemplam R\$221.839 de COFINS, R\$26.645 de Imposto de Renda, R\$15.184 de Contribuição Social, R\$4.592 de PIS e R\$3.168 de Ações Cíveis referentes a BrasiVeículos, que deixou de ser consolidada, conforme nota 2.1, item I.

(19.3) AÇÕES FISCAIS

COFINS - As controladas das áreas de seguros e previdência SALIC, SULASEG, SASG, SAÚDE e ainda a SANTA CRUZ, que operava como seguradora até fevereiro de 2003, questionam judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30.05.2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência. A SAÚDE, ainda questiona a incidência da COFINS nas empresas de seguros (alíquota de 3%) sobre a receita da atividade de seguro e outras receitas.

Os advogados que patrocinam as causas reputam a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada (no caso da SAÚDE, também a incidência de 3% de COFINS sobre a atividade de seguro) e remota sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

PIS - As controladas das áreas de seguros e de previdência privada, exceto a SAÚDE e a CIA SAÚDE, questionam judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se provisionados e depositados judicialmente na sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas.

As controladas SAÚDE e CIA SAÚDE questionam a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,



(a) REFINANCIAMENTO FISCAL – PAES

A Companhia e suas controladas SAUC, SAÚDE, CIA SAÚDE, Sul América Investimentos e Participações S.A. - SAIPA, SANTA CRUZ, Sul América Serviços Médicos S.A. - SULAMED, SASG e EXECUTIVOS, aderiram ao Refinanciamento Fiscal - PAES, e parcelaram valores devidos relativos à COFINS, IRPJ, CSLL, FINSOCIAL, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e INSS, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no PAES foi de R\$253.353 (líquido da redução de multa de 50%). O parcelamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30.06.2018, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da TJLP. Em 31.12.2010, as obrigações estão contabilizadas na rubrica Provisão para Impostos e Contribuições, no passivo circulante, no montante de R\$94 (R\$90 em 2009) na Companhia e R\$38.164 (R\$36.724 em 2009) no consolidado e na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo não circulante, no montante de R\$619 (R\$685 em 2009) na Companhia e R\$72.642 (R\$106.577 em 2009) no consolidado.

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(21.1) CAPITAL SOCIAL - COMPANHIA

O capital social da Companhia em 31.12.2010 é de R\$1.185.831, dividido em 466.113.588 ações ordinárias nominativas (sendo 3.998.451 em tesouraria) e 377.774.205 ações preferenciais nominativas (sendo 7.996.902 em tesouraria), sem valor nominal, totalmente integralizadas, como a seguir:

		ON	PN	TOTAL
01.01.2009	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
01.01.2009	Ações em Tesouraria (vide nota 21.2)	(382.500)	(765.000)	(1.147.500)
		465.731.088	377.009.205	842.740.293
	Recompra	(1.256.235)	(2.512.470)	(3.768.705)
31.12.2009	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31.12.2009	Ações em Tesouraria (vide nota 21.2)	(1.638.735)	(3.277.470)	(4.916.205)
		464.474.853	374.496.735	838.971.588
	Recompra	(2.359.716)	(4.720.782)	(7.080.498)
31.12.2010	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31.12.2010	Ações em Tesouraria (vide nota 21.2)	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)
		462.115.137	374.496.735	831.892.440

(21.2) AÇÕES EM TESOURARIA - RECOMPRA DE AÇÕES

Em 07.10.2008 e 07.10.2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programas de recompra de até, respectivamente, 1.052.636 e 1.046.872 certificados de depósitos de ações - *units*, representativos, cada, de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais da Companhia, que correspondiam a 3% das *units* em circulação no mercado e a aproximadamente 1,1% do total de ações de emissão da Companhia em 29.09.2008 e 30.09.2009.

Em 28.07.2010, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o desdobramento de ações de sua emissão, de forma que cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie.

Assim, após o desdobramento, as ações que se encontravam em tesouraria foram igualmente desdobradas na proporção indicada anteriormente, bem como o saldo remanescente de *units* do programa de recompra aprovado em 2009.

	Quantidade de Ações (em <i>units</i>)	Preço Médio Ponderado do período (em reais)
Ações em Tesouraria¹ em 31.12.2009	546.245	0,00
Recompra de <i>units</i> no mercado de 01.01.2010 até 28.07.2010 – Programa de Recompra	743.500	45,71
Alienação de <i>units</i> no período de 01.01.2010 até 28.07.2010 – Programas de Opção de Compra de Ações	(469.909)	22,14
Aquisição de <i>units</i> no período de 01.01.2010 até 28.07.2010 – Programas de Opção de Compra de Ações	469.909	44,05
Saldo de <i>units</i> em Tesouraria em 28.07.2010 (antes do desdobramento de ações)	1.289.745	51,30
Saldo após o desdobramento de ações realizado em 29.07.2010 na proporção de 3:1²	3.869.235	17,10
Recompra de <i>units</i> no mercado de 29.07.2010 até 31.12.2010 – Programa de Recompra	129.216	16,51
Alienação de <i>units</i> no período de 29.07.2010 até 31.12.2010 – Programas de Opção de Compra de Ações	(204.274)	7,51
Aquisição de <i>units</i> no período de 29.07.2010 até 31.12.2010 – Programas de Opção de Compra de Ações	204.274	17,72
Ações em Tesouraria¹ em 31.12.2010	3.998.451	17,60

(1) As *units* quando transferidas para a tesouraria são desconstituídas, representando, em 31.12.2009, 546.245 ações ordinárias e 1.092.490 ações preferenciais (1.638.735 ações ordinárias e 3.277.470 preferenciais, com os efeitos do desdobramento) e, em 31.12.2010, 3.998.451 ações ordinárias e 7.996.902 ações preferenciais (já desdobradas).

(2) Valores adaptados na proporção do desdobramento de ações da Companhia, aprovado em 28.07.2010.

No âmbito das operações com ações em tesouraria, ocorridas no exercício de 2010, demonstradas acima, as compras efetuadas pela Companhia foram de R\$60.436, registrado na rubrica Ações em Tesouraria, sendo o custo mínimo de aquisição de *units* de R\$13,17 e máximo de R\$19,47. O valor de mercado das *units*, calculado com base na última cotação em 30.12.2010, era de R\$20,80.

(21.3) CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO – COMPANHIA

O capital social da Companhia poderá ser elevado, além das ações já existentes, até o limite de 450.000.000 novas ações ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação, independentemente dos aumentos de capital deliberados em Assembleia Geral.

(21.4) RESERVA LEGAL

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

(21.5) RESERVA PARA EXPANSÃO DE NEGÓCIOS

Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens de ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

(21.6) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A rubrica de Outros Resultados Abrangentes, na SulAmérica, considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Adicionalmente, conforme mencionado na nota (6.3), contempla também a valorização, líquida do efeito de impostos, decorrente da contabilização do *hedge* de fluxo de caixa.

(21.7) POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 23.02.2010, o Conselho de Administração aprovou que a Companhia adotará como política de distribuição de dividendos dos resultados apurados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2010 e 2011 o montante de 50% do lucro líquido anual ajustado. As distribuições, em cada caso, ficam sujeitas às respectivas propostas de destinação do lucro líquido pela Administração da Companhia e à competente aprovação em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser revistas com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados à ocasião, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes e atendimento a exigências regulatórias. Em qualquer caso, serão computadas em tais percentuais eventuais distribuições de dividendos intermediários ou intercalares ou de juros sobre capital próprio realizadas no curso do exercício em questão.

Em linha com a política de distribuição supracitada, os acionistas aprovaram na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2010 a distribuição do montante de 50% do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31.12.2009, no montante de R\$199.069.

(21.8) DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO - COMPANHIA

Em 31.12.2010 a distribuição de dividendos da Companhia compõem-se como se segue:

	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício - Ajustado	-	413.465
Alteração de Práticas Contábeis - Nota (3.18.1)	-	5.628
Lucro Líquido do Exercício	614.021	419.093
Constituição da Reserva Legal (5%)	(30.701)	(20.955)
Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76 e 10.303/01)	583.320	398.138
Dividendos Obrigatórios	145.830	99.535
Dividendos Adicionais	145.830	99.535
Dividendos Propostos	291.660	199.069
Destinação:		
Constituição de Reserva para Expansão de Negócios	323.169	199.069
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar	(31.529)	-

Em atendimento a Deliberação CVM Nº 592/2009, que aprova o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, que corresponde a IAS 37 - *Accounting Policies, Errors and Estimates*, o montante de dividendos propostos e não pagos, acima do mínimo obrigatório, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas como passivo.

(21.9) RESULTADO POR AÇÃO

O lucro líquido por ação ordinária e preferencial, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, considera não só as ações ordinárias e preferenciais em circulação mas também as potenciais emissões e cancelamentos (diluidores e antidiluidores), decorrentes do plano geral de opção de compra de ações (nota 16.2).

(a) Básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no período, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

	Companhia		Companhia		2009	Total
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Lucro Líquido do Exercício atribuído às ações	341.088	272.933	614.021	228.904	184.561	413.465
Número de Ações em Circulação	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.178.982)	(6.357.965)	(9.536.947)	(715.118)	(1.430.236)	(2.145.353)
Média Ponderada das Ações em Circulação - BÁSICO	462.934.606	371.416.240	834.350.846	465.398.470	376.343.969	841.742.440
Lucro por Ação - Básico (em R\$)	0,74	0,73	0,74	0,49	0,49	0,49

	Companhia		Companhia		2010	Total
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Lucro Líquido do Exercício atribuído às ações	341.088	272.933	614.021	228.904	184.561	413.465
Número de Ações em Circulação	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.178.982)	(6.357.965)	(9.536.947)	(715.118)	(1.430.236)	(2.145.353)
Média Ponderada das Ações em Circulação - BÁSICO	462.934.606	371.416.240	834.350.846	465.398.470	376.343.969	841.742.440
Lucro por Ação - Básico (em R\$)	0,74	0,73	0,74	0,49	0,49	0,49

O lucro por ação diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no período, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

O ajuste na média ponderada considera as quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (vide nota 16.2), durante o período.

	Companhia		Companhia		2010	Total
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Lucro Líquido do Exercício atribuído às ações	341.088	272.933	614.021	228.904	184.561	413.465
Número de Ações em Circulação	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.178.982)	(6.357.965)	(9.536.947)	(715.118)	(1.430.236)	(2.145.353)
Média Ponderada das Quantidades de Concessões e Cancelamentos do Plano Geral de Opção de Compras de Ações de Emissão da Companhia, no Período	5.625.321	11.250.642	16.875.963	4.537.160	9.074.320	13.611.481
Média Ponderada das Ações em Circulação - DILUÍDO	468.559.927	382.666.882	851.226.809	469.935.630	385.418.290	855.353.920
Lucro por Ação - Diluído (em R\$)	0,73	0,71	0,72	0,49	0,48	0,48

	Companhia		Companhia		2010	Total
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Lucro Líquido do Exercício atribuído às ações	341.088	272.933	614.021	228.904	184.561	413.465
Número de Ações em Circulação	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.178.982)	(6.357.965)	(9.536.947)	(715.118)	(1.430.236)	(2.145.353)
Ajuste						
Média Ponderada das Quantidades de Concessões e Cancelamentos do Plano Geral de Opção de Compras de Ações de Emissão da Companhia, no Período	5.625.321	11.250.642	16.875.963	4.537.160	9.074.320	13.611.481
Média Ponderada das Ações em Circulação - DILUÍDO	468.559.927	382.666.882	851.226.809	469.935.630	385.418.290	855.353.920
Lucro por Ação - Diluído (em R\$)	0,73	0,71	0,72	0,49	0,48	0,48

(22) DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(22.1) INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

(22.1.1) RECEITA DE PRÊMIO GANHO, DESPESA COM SINISTRO RETIDO E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Os segmentos de negócios da SulAmérica são identificados de acordo com a sua estrutura organizacional executiva, dividida em Unidades de Negócios (*Business Units* - BU), separados pela natureza e especificidade de cada tipo de segmento de seguro e não há informações internas de ativos e passivos que figurem nos relatórios internos gerenciais ou externos (*press releases*), que compartilham da mesma estrutura de divulgação. Essas informações são principalmente utilizadas pelo Comitê Executivo da SulAmérica, seus principais executivos e acionistas para avaliarem o desempenho das BU, para o gerenciamento de capital e recursos e remuneração de funcionários, executivos e acionistas.

Em 31.12.2010, a SulAmérica tem a margem bruta de contribuição (prêmio ganho menos sinistro retido, menos despesa de comercialização) para cada um dos seguimentos operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	Saúde		Outros ramos		2010	Total
	Saúde grupal	individual	Automóveis	elementares	Pessoas	Total
Prêmios de Seguros com DPVAT	3.789.884	1.505.098	2.070.588	460.719	594.885	8.421.174
Prêmios Retidos	3.789.884	1.505.098	2.070.588	304.258	578.806	8.248.633
Prêmios Ganhos	3.778.684	1.500.758	1.842.844	329.929	398.588	7.850.803
Rendas com Taxa de Gestão	-	-	-	-	6.774	6.774
Sinistros Retidos	(2.858.897)	(1.217.565)	(1.113.495)	(188.092)	(207.414)	(5.585.463)
Despesas de Comercialização	(323.454)	(13.032)	(419.798)	(69.572)	(101.814)	(927.670)
Margem Bruta	596.333	270.161	309.551	72.265	96.134	1.344.444

(22.1.2) SINISTRALIDADE, COMISSONAMENTO E MARGEM BRUTA

	Saúde		Outros ramos		2009	Total
	Saúde grupal	individual	Automóveis	elementares	Pessoas	Total
Prêmios de Seguros com DPVAT	3.113.682	1.401.628	2.933.230	733.443	497.594	8.679.577
Prêmios Retidos	3.113.682	1.401.628	2.933.230	357.265	483.354	8.289.159
Prêmios Ganhos	3.105.376	1.401.054	2.559.963	334.765	368.353	7.769.511
Rendas com Taxa de Gestão	-	-	-	-	4.773	4.773
Sinistros Retidos	(2.420.353)	(1.220.624)	(1.561.416)	(271.206)	(226.123)	(5.699.722)
Despesas de Comercialização	(252.465)	(12.955)	(471.038)	(62.095)	(82.173)	(880.726)
Margem Bruta	432.558	167.475	527.509	1.464	64.830	1.193.836

A SulAmérica possui uma base de dados única, origem das informações contábeis, gerenciais e para os investidores (*press release*).

A SulAmérica opera somente em âmbito nacional, e sua estratégia de distribuição de produtos não privilegia unidades da federação brasileira em específico e por isso

(22.6) DESPESAS FINANCEIRAS

	Companhia		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência	-	-	(220.291)	(155.526)
Desvalorização de quotas de fundo de investimento e títulos de renda fixa - públicos e privados	(23.446)	(3.691)	(169.015)	(23.985)
Juros, variações monetárias e cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e swaps (a)	(108.270)	(133.054)	(108.270)	(133.630)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para contingências e obrigações fiscais	(62)	(58)	(103.383)	(87.915)
Operações de seguros	-	-	(45.852)	(59.909)
Juros de mora	(31)	(36)	(5.379)	(7.887)
Outras	(335)	(193)	(2.927)	(9.721)
Total	(132.144)	(137.032)	(655.117)	(478.573)

(a) A linha Juros, variações monetárias e cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e swaps da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com swaps demonstrados na nota (17).

(22.7) LUCRO NA VENDA DE PERMANENTE

Em junho de 2010, a SALIC alienou, à vista, imóvel de sua propriedade na capital de São Paulo, pelo montante de R\$130.000, proporcionando um lucro, líquido de custo de alienação, de R\$69.051. Em 29.10.2010 foi efetuado o pagamento referente a venda da participação na Brasilveículos (vide nota 1.1 d), gerando um lucro, líquido do custo de alienação, de R\$237.648. Outras transações também são reconhecidos nesta conta.

Na Companhia, o ajuste de equivalência patrimonial também é registrado nesta conta.

(22.8) RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2010		Companhia 2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações.....	645.088	645.088	432.539	432.539
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(161.272)	(58.058)	(108.135)	(38.929)
Adições:				
Despesas não dedutíveis	(5.034)	(1.812)	(4.037)	(1.453)
Outras - adições	(1.991)	(726)	-	-
Exclusões:				
Resultado positivo com equivalência patrimonial	164.516	59.227	104.607	37.659
Reversão da provisão para riscos sobre créditos	383	138	-	-
Ganho de capital	-	-	1.468	528
Compensação de prejuízo fiscal	717	258	-	-
Outras - exclusões	315	113	1.121	394
Receitas/(Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente.....	(2.366)	(860)	(4.976)	(1.801)
Impostos Diferidos				
(Reversão) - Crédito Tributário Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(996)	(358)	(896)	(243)
Constituição - Provisão para Riscos Prejuízo Fiscal / Base Negativa	996	358	-	-
(Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(2.366)	(860)	(5.872)	(2.044)

	2010		Companhia 2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações.....	1.009.289	1.009.289	611.262	611.262
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(252.322)	(146.520)	(149.406)	(82.007)

	2010		Companhia 2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações.....	1.009.289	1.009.289	611.262	611.262
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(252.322)	(146.520)	(149.406)	(82.007)
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(13.678)	(8.387)	(8.881)	(1.239)
Provisão para riscos de créditos	(4.970)	(3.027)	-	-
Despesas não dedutíveis	(12.763)	(5.681)	(17.242)	(8.764)
Ajustes de adoções de CPCs	(724)	(317)	-	-
Outras - adições	(3.923)	(5.352)	(4.345)	(9.402)
Exclusões:				
Reversão de provisões não dedutíveis	1.065	639	1.517	671
Atualizações de depósitos judiciais	5.234	3.140	6.771	4.063
Reversão despesas não-dedutíveis	1.293	871	-	-
Encargos sobre participações nos lucros	8.743	4.915	8.661	5.031
Realização de ágio	12.319	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	1.918	-	769
Outras - exclusões	10.577	5.949	8.558	4.750
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no Período	25.145	29.237	30.274	15.729
Redução de Incentivo Fiscal	10.696	-	2.666	-
(Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(213.308)	(122.615)	(121.427)	(70.399)
Impostos Diferidos				
(Reversão) - Crédito Tributário Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(23.056)	(27.419)	(33.254)	(15.654)
Constituição - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias	10.206	13.508	12.512	3.041
Débito Tributário sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(10.749)	(5.110)	(5.145)	(3.162)
Reversão da provisão para riscos	7.312	17.817	52.358	54.878
(Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(229.595)	(123.819)	(94.956)	(31.296)

(23) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PÓS-EMPREGO

A Administração de determinadas controladas identificou os seguintes benefícios pós-emprego:

(a) Benefício de Aposentadoria Suplementar

Benefício concedido aos funcionários até 2004 e que correspondia a 60% da média salarial das últimas 36 remunerações atualizadas, proporcionais ao número de anos trabalhados, limitado a 35 anos, deduzido do benefício previdenciário oficial. Esse plano foi extinto e substituído no segundo semestre de 2004 por um plano de contribuição definida, por meio do PGBL, contratado junto à SULASEG. Quando da alteração do regime do benefício, o passivo atuarial foi totalmente revertido contra o ativo atuarial, permanecendo somente o crédito atuarial, no montante de R\$27.597 relativo às contribuições passadas aportadas pelos funcionários que não fazem mais parte do atual quadro de pessoal e que será utilizado para fazer face às futuras contribuições. Esse montante está registrado na rubrica Títulos e Créditos a Receber;

(b) Benefícios de Renda Vitalícia

Benefício concedido a um grupo exclusivo de ex-empregados aposentados e que consiste em uma renda vitalícia sem direito de continuação *post-mortem* para seus dependentes;

(c) Programa de Indenização para Executivos

Benefício concedido aos executivos no momento da aposentadoria, que passou pelas seguintes alterações durante o ano de 2003:

- Apresentou redução no número de participantes, sendo esse evento refletido nos resultados conforme determina o CPC 33 – Benefícios a Empregados;
- Procedeu à alteração no cálculo e na elegibilidade da indenização. Determinadas controladas concederam aos seus executivos um plano de contribuição definida por meio do PGBL, contratado junto à SULASEG. O benefício de indenização para executivos garante um montante calculado individualmente, que considera o serviço passado até a data de implantação do plano atualizado até a data de aposentadoria, de acordo com o retorno dos investimentos do Fundo de Investimento Financeiro Especialmente Constituído - Plano Gerador de Benefícios Livres.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Vice-Presidente:** Carlos Jaime Muriel Gaxiola. **Conselheiros:** Robert William Crispin - Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon - Jorge Hilário Gouvêa Vieira - Pierre Claude Perrenoud - Roberto Teixeira da Costa - Carlos Infante Santos de Castro - Guilherme Affonso Ferreira.

DIRETORIA: Presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes. **Vice-Presidentes:** Arthur Farme d'Amoed Neto - Sérgio Antonio Borriello.

Diretor: Laênio Pereira dos Santos. Mauro Reis d'Almeida - **Contador** - CRC - RJ-066.620/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Sul América S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sul América S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, que inclui a demonstração do resultado abrangente, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(23.1) RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Descrevemos a seguir a movimentação dos passivos e as despesas reconhecidas nas demonstrações financeiras, por benefício concedido:

	Benefício de renda vitalícia		Programa de indenização para executivos		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
	Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos					
Valor presente das obrigações atuariais, totalmente descobertas	(10.351)	(11.415)	(3.154)	(14.631)	(13.505)	(26.046)
Valor líquido dos (ganhos)/perdas não reconhecidos no balanço	5.792	6.622	(612)	3.735	5.180	10.357
Valor do custo do serviço passado, ainda não reconhecido no balanço	-	-	346	997	346	997
Ativo/(passivo) a ser reconhecido no balanço patrimonial	(4.559)	(4.793)	(3.420)	(9.899)	(7.979)	(14.692)

	Benefício de renda vitalícia		Programa de indenização para executivos		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Passivo atuarial a contabilizar/contabilizado no início do exercício - Obrigações a pagar	(4.559)	(4.793)	(3.420)	(9.899)	(7.979)
Despesas a reconhecer/reconhecidas no exercício: (a)						
Custo dos juros	(1.046)	(1.228)	(315)	(933)	(1.361)	(2.161)
Amortização dos (ganhos)/perdas atuariais	(652)	(711)	122	(1.686)	(530)	(2.397)
Amortização do custo do serviço passado	-	-	(326)	(652)	(326)	(652)
Contribuições efetuadas no exercício	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Benefícios pagos	-	2.173	-	11.750	-	13.923
Passivo atuarial a contabilizar/contabilizado no final do exercício – Obrigações a pagar	(6.257)	(4.559)	(3.939)	(3.420)	(10.196)	(7.979)

(a) No exercício findo em 31.12.2010, os valores referentes às despesas resultantes da avaliação atuarial, foram registrados na rubrica Despesas Administrativas em contrapartida da rubrica de Obrigações a Pagar.

(23.1.1) PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações dos atuários internos foram:

• Método de avaliação econômica

O Método de apuração da obrigação atuarial adotado foi o Método da Unidade de Crédito Projetada.

• Hipóteses econômicas

	2010/2009
Taxa de desconto	10,98% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	Não aplicável
Crescimentos salariais futuros	Não aplicável
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,7% a.a.
Inflação	4,7% a.a.

Fatores de capacidade:

- salários	Não aplicável
- benefícios	1

• Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Invalídios	RRB 1944
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB 1944
Tábua de Rotatividade	Experiência SulAmérica
% de participantes ativos, casados na data da aposentadoria	Não aplicável
Diferença de idade entre participantes e cônjuge	Não aplicável

(24) OUTRAS INFORMAÇÕES

(24.1) SEGUROS

É política das controladas manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Itens	Tipo de Cobertura	Valor da cobertura	
		2010	2009
Imóveis	Quaisquer danos materiais aos imóveis, instalações e máquinas e equipamentos	360.295	173.865
Veículos	Incêndio, roubo e colisão	59	684
Total		360.354	174.549

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

(24.2) ATUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÉDICOS DIVULGADOS PELA ANS

Em 12.01.2010 a ANS divulgou a Resolução Normativa nº 211, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde, introduzindo novos procedimentos para apólices comercializadas a partir de 01.01.1999. Os efeitos desta Resolução entraram em vigor em 07.06.2010.

Dos 73 novos procedimentos, 57 são relativos à Saúde e 16 de Odontologia. Os produtos das controladas comercializados após 01.01.1999 já cobriam 47 destes novos procedimentos (41 em Saúde e 6 em Odontologia), minimizando o impacto da nova Resolução. Além deste fato, a Resolução Normativa Nº 211 trouxe, com bastante ênfase, a adoção de diretrizes de utilização, principalmente para os procedimentos de mais alto custo, que orientarão as indicações médicas e servirão de guia para as análises de autorizações.

Os preços dos novos produtos já refletem, desde junho de 2010, o impacto dos novos procedimentos e os eventuais impactos futuros, embora minimizados pelos fatos antes relatados.

(25) EVENTO SUBSEQUENTE

(25.1) AUTORIZAÇÃO DA ANS PARA A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A.

Em 24.01.2011 a ANS aprovou o pedido de autorização de funcionamento da SULODONTO (vide nota 1.1 b) para atuar no mercado de saúde suplementar. Até a data da publicação dessas demonstrações financeiras, a SULODONTO ainda não estava operando.

(25.2) INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELEVANTES - ITR

A SulAmérica optou em reapresentar suas Informações Trimestrais Relevantes - ITR de 2010, até a data de entrega do 1º ITR de 2011, conforme a Deliberação CVM nº 656/2011. Em decorrência desta opção e em conformidade com o requerido por esta deliberação, apresentamos a seguir os efeitos da transição de práticas contábeis para o IFRS por trimestre, em 2009 e 2010:

Efeitos da Transição por Trimestre	Patrimônio Líquido	Companhia		Consolidado	
		Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado	Resultado
2009					
1º Trimestre	5.195	-	236.841	-	-
2º Trimestre	-	-	244.702	-	-
3º Trimestre	-	-	253.643	-	-
2010					
1º Trimestre	-	-	23.802	-	-
2º Trimestre	-	-	23.460	-	1.630
3º Trimestre	-	-	8.142	-	8.127

As Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sul América S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sul América S.A. essas práticas diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS esses investimentos seriam avaliados pelo custo ou ao valor justo.

Outros assuntos</